

---

A CIÊNCIA ECONÓMICA ESTÁ SAUDÁVEL? - UMA (RE)VISÃO DA ECONOMIA  
NEOCLÁSSICA

**Ana Carolina Almeida Branquinho**

---

Dissertação  
Mestrado em Economia

---

Orientado por  
**Diogo Campos Monteiro de Melo Lourenço**

---

2020



## Agradecimentos

**À minha família e ao meu namorado,**  
*que sempre me apoiaram e inspiraram,*  
*agradeço por me continuarem a fazer ver o que é verdadeiramente essencial*

**Aos meus amigos,**  
*que estiveram presentes em todos os momentos,*  
*agradeço por terem sido os melhores companheiros nesta aventura académica*

**Ao Professor Diogo Lourenço,**  
*com a sua sabedoria, dedicação e paciência,*  
*agradeço por ter sido o meu orientador e me ter ensinado tanto nesta jornada*

## Resumo

A ciência económica tem sido alvo de várias críticas, nos últimos anos, nomeadamente relacionadas com os seus pressupostos irrealistas e com o seu fracasso preditivo. Face a esta constatação, através da leitura de diferentes autores e historiadores do pensamento económico, a presente dissertação visa perceber como é que é possível que uma perspetiva tão criticada se mantenha dominante até ao presente.

É fundamental perceber o percurso histórico da teoria neoclássica que é vista, por um lado, como uma dissociação e, por outro, como uma continuação da teoria clássica, para entendermos como chegamos ao estado atual.

Para além de um roteiro histórico, a presente dissertação explora questões metodológicas que são intrínsecas à teoria ortodoxa em vigor e que a impedem de considerar a verdadeira natureza social. Apoia-se nas reflexões de Tony Lawson, que defende que é necessário adotarmos uma perspetiva realista e evitarmos o dedutivismo e o formalismo matemático excessivo que domina a ciência económica atual. Aborda também vários outros autores que concordam com esta perspetiva, mas também aqueles que criticam a teoria neoclássica seguindo outras direções. Por último, discute-se também o contributo de autores que defendem a teoria neoclássica e que justificam a sua universalização.

**Códigos JEL:** B10, B20, B41

**Palavras-chave:** teoria neoclássica, dedutivismo, realismo crítico, pensamento económico

## **Abstract**

Economic science has been the subject of several criticisms in recent years, notably in relation to its unrealistic assumptions and predictive failures. Therefore, through the reading of different authors and historians of economic thought, the present dissertation aims to understand how it is possible that such a criticized perspective remains dominant until the present.

It is fundamental to understand the historical path of neoclassical theory, which is, on the one hand, a dissociation and, on the other hand, a continuation of classical theory, in order to understand how we arrive at the present state.

In addition to a historical roadmap, this dissertation explores methodological issues that are intrinsic to current orthodox theory and that prevent it from considering the true social nature. It is based on the reflections of Tony Lawson, who argues that it is necessary to adopt a realistic perspective and avoid the deductivism and excessive mathematical formalism that dominate current economic science. He also approaches several other authors who compete with this perspective, but also those who criticize neoclassical theory in other directions. Finally, the contribution of authors who defend neoclassical theory and justify its universalization is, as well, discussed.

**JEL Codes:** B10, B20, B41

**Keywords:** neoclassical theory, deductivism, critical realism, economic thought

# Índice Geral

|                                                                                                 |           |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1. Introdução .....</b>                                                                      | <b>1</b>  |
| <b>2. Lawson e o realismo transcendental .....</b>                                              | <b>5</b>  |
| 2.1. Incoerências teórico-práticas .....                                                        | 5         |
| 2.2. Causas dos reais problemas da economia .....                                               | 8         |
| 2.2.1. O que é o dedutivismo? .....                                                             | 8         |
| 2.2.2. Dedutivismo na teoria económica .....                                                    | 9         |
| 2.2.3. Será que os teóricos pretendem explicar fenómenos reais? .....                           | 10        |
| 2.2.4. Por que razão o dedutivismo se revela um problema tão grande? .....                      | 11        |
| 2.2.5. Como ultrapassar o problema que representa o dedutivismo? .....                          | 14        |
| 2.2.6. O realismo transcendental .....                                                          | 15        |
| 2.3. À luz do realismo crítico, poderá a ciência económica ser uma verdadeira<br>ciência? ..... | 17        |
| <b>3. Economia Neoclássica .....</b>                                                            | <b>19</b> |
| 3.1. O que é e de onde surgiu a economia neoclássica? .....                                     | 19        |
| 3.2. Economia neoclássica de Veblen .....                                                       | 21        |
| 3.3. Análise de Lawson: tensão entre método e ontologia .....                                   | 22        |
| <b>4. Evolução da Ciência Económica como ciência prática e útil .....</b>                       | <b>25</b> |
| 4.1. Blaug e o sentido prático da economia .....                                                | 25        |
| 4.2. Perspetiva da Economia Clássica .....                                                      | 27        |
| 4.3. Profissionalização (e consequente matematização) da Economia .....                         | 28        |
| 4.4. Falhas da Economia Neoclássica .....                                                       | 29        |
| 4.5. O que fazer? .....                                                                         | 31        |
| <b>5. Racionalização da economia neoclássica .....</b>                                          | <b>32</b> |
| 5.1. Schumpeter e o capitalismo .....                                                           | 32        |
| 5.2. Mirowski e a “inveja da física” .....                                                      | 35        |
| <b>6. Defesa da teoria vigente .....</b>                                                        | <b>38</b> |
| 6.1. McCloskey e a retórica .....                                                               | 38        |
| 6.2. Friedman e a capacidade preditiva .....                                                    | 42        |
| <b>7. Conclusão .....</b>                                                                       | <b>45</b> |
| <b>8. Referências Bibliográficas .....</b>                                                      | <b>48</b> |



## 1. Introdução

*Science. Wissenschaft. Scienza. Vitenskap. Ciência.*

*Scientia*, que significa “conhecimento” ou “saber”, pode ser definido como o “conjunto sistematizado de conhecimentos obtidos mediante observação e pesquisa metódica e racional, a partir dos quais é possível deduzir fórmulas gerais passíveis de aplicação universal, a partir dos quais é possível deduzir fórmulas gerais passíveis de aplicação universal e de verificação experimental” (Infopédia, sem data).

Ciências como a biologia, a física ou a química são ciências naturais e exatas, que observam e estudam o mundo concreto da natureza, dos seres vivos, da energia e da matéria. Outras ciências, como a economia, a sociologia ou a ciência política, distinguem-se destas primeiras por terem como objeto de estudo o mundo social, que está em constante mutação e que depende da ação humana. Assim, por mais apuradas e meticolosas que sejam as teorias económicas, haverá sempre falhas e exceções à regra.

A escola de pensamento económico dominante na atualidade é a da *economia neoclássica*, um conjunto de teorias que se foca no estudo da formação de preços, produção e distribuição do produto, através do mecanismo de oferta e procura dos mercados.

Como exposto por Hennings e Samuels (1990), as ideias de uma escola de pensamento económico são tão multifacetadas que podem ser interpretadas de diferentes maneiras, dado que cada intérprete aborda estas ideias a partir de perspetivas diferentes. Por conseguinte, há interpretações diferentes e, até, contraditórias dessas ideias e a “definição de economia neoclássica não é perfeitamente óbvia” (Hennings & Samuels, 1990, p. 3).

Por outro lado, por considerar apenas a existência de risco e rejeitar a incerteza (que trata como risco probabilístico), como afirma Davidson (2012, p. 60), a teoria neoclássica entende as crises económicas como meras “falhas de mercado”, que podem ser evitadas. Os agentes são perfeitamente racionais e informados e atuam de acordo com o seu próprio interesse. Tais aspetos permitem que a teoria possa ser traduzida em formulações matemáticas de forma a resolver problemas de otimização. Quando o mercado está em equilíbrio, significa que a oferta encontra a procura, e todos os recursos estão corretamente alocados.

Esta teoria convencional, contudo, não é bem aceite por toda a comunidade científica e a dificuldade em prever as crises económicas recentes, ao contrário do que a teoria faria esperar, tem chamado a atenção para as limitações da economia moderna.

Um artigo publicado por Larry Elliott, no *The Guardian*, em 2017, intitulado “Heretics welcome! Economics needs a new reformation” (Elliott, 2017), despoletou um debate relativo à validade e credibilidade da ciência económica e da necessidade de reforma. Surgiram vários artigos e teses de resposta, quer a favor, quer contra esta opinião, tais como “Dismal ignorance of the “dismal science” - a response to Larry Elliott”, onde os autores alegam que Elliott comete vários “equívocos clássicos sobre o que os economistas realmente fazem”, fomentando a controvérsia (Vários autores, 2017).

Já antes, em 2011, o artigo de Ira Basen, “Economics has met the enemy, and it is economics”, criticara duramente a economia ortodoxa, alegando, inclusivamente, que a categoria de “Prémio Nobel da Economia” não se trata de um verdadeiro Prémio Nobel. Assim, a sua atribuição serviria apenas para “ajuda[r] a colocar a economia no mesmo nível que as ciências naturais”, como a física ou a química (Basen, 2011).

Mais recentemente, um artigo de setembro de 2019, publicado no site Quartz, atesta que Bill Gates afirmou que os economistas não percebem macroeconomia. O cofundador da Microsoft, citado por Delaney & Schrager (2019), comparou a economia e a física, ciência esta “onde se consideram certos *inputs* e se preveem certos *outputs*”. Na economia isso não acontece, pois há falta de consenso e é, portanto, difícil explicar a crise de 2008 e prever fenómenos similares: “há tantos fatores, incluindo aquilo a que Keynes chamou *animal spirits*, na equação económica, que não temos previsibilidade” (Delaney & Schrager, 2019).

Resta assim que, para muitos, claramente a ciência económica moderna não consegue dar resposta satisfatória aos problemas da atualidade. Por outras palavras, como nota Lawson “a ciência económica contemporânea não está saudável” (Lawson, 1997, p. 22). Tal estado não se deve apenas à incapacidade de previsão da crise económica de 2008, mas também à dificuldade que a ciência económica “enfrenta quando se trata de iluminar a realidade económica e social” no geral (Lawson, 1997, p. 22). Tal acontece porque parte de pressupostos irrealistas para criar modelos pobres, que são inconsistentes com a realidade e que originam resultados extremamente generalizáveis (Arnsperger & Varoufakis, 2006, p. 6).

Assim, para melhor entender como chegámos a este estado atual, é bastante útil debruçarmos-nos sobre a história do pensamento económico. Como ciência social, a ciência económica é caracterizada por uma dimensão histórica que afeta e altera as instituições, comportamentos, hábitos e normas que a própria ciência estuda. Isto é, para perceber a ciência económica dos dias de hoje é necessário estudar o seu percurso histórico, não só para nos dotarmos de uma perspetiva mais ampla sobre os problemas atuais, mas também para melhor visualizarmos

como esses problemas foram surgindo e evoluíram até ao estado presente. Ou seja, não é possível dissociar a componente histórica da economia.

Esta área de estudo, apesar disso, é desvalorizada pelos economistas modernos, que a consideram antiquada, como analisa Blaug (2001). O seu declínio, desde o final do século XX, traduz-se no número decrescente de disciplinas de pensamento económico a serem ensinadas nas faculdades de todo o mundo e pela popularização de afirmações com as de Alfred Whitehead, que refere que “uma ciência que hesita em esquecer os seus fundadores está perdida”, e de Jean Baptiste Say, que expressa a mesma ideia ao afirmar que “quanto mais perfeita for a ciência, mais curta será a sua história” (Blaug, 2001, p. 146). Blaug afirma que há uma crença generalizada de que as “ciências duras” não se preocupam com o seu passado e se a economia é verdadeiramente uma ciência, e quer ser vista como tal, os economistas devem fazer o mesmo. Daqui deriva que a história do pensamento económico acaba rotulada como “vocacionalmente inútil” (Blaug, 2001, p. 147).

Contudo, Blaug, contrariamente, comenta que “o conhecimento económico é dependente do caminho” (Blaug, 2001, p. 156). Tal significa que o que sabemos no presente sobre o sistema económico é “a soma de todas as descobertas, conhecimentos e falsas partidas do passado” (Blaug, 2001, p. 156).

Deste modo, é essencial estudar esta disciplina para termos uma visão crítica da economia contemporânea. Vaughn (citada por Blaug, 2001, p. 150) acrescenta que “a história da economia é “útil”, não porque ajuda os estudantes a aperfeiçoar as habilidades teóricas ou porque lhes dá um pouco de amplitude interdisciplinar, mas porque pode afetar a compreensão da própria economia, a sua realização potencial e as suas importantes limitações”.

Ao analisar este percurso histórico, a presente dissertação debruçar-se-á sobre vários comentários críticos à economia ortodoxa. O principal objetivo é encontrar as diversas falhas apontadas como motivos do fracasso explicativo da ciência económica, de modo a ilustrar quais os problemas prementes da economia contemporânea e qual a direção que poderá tomar. Pretende-se, assim, responder a questões como *quais as maiores críticas que podemos apontar à teoria económica vigente? Porque é que existe esta falha em prever resultados? Podemos sequer prever a realidade social? E esta característica é assim tão importante? Por que motivo se continua a insistir no ensino da teoria neoclássica? É a melhor das alternativas? Qual é, afinal, o estado de saúde da disciplina económica?*

Deste modo, retomando a afirmação de Tony Lawson de que a economia moderna não está saudável, é partindo da sua perspetiva metodológica e da sua bibliografia realista que serão abordadas as principais críticas à teoria neoclássica. Para este autor, a economia moderna

convencional, também denominada de ortodoxa, é irrelevante para a compreensão do mundo. Um aspeto que contribui para isso é o facto de a maioria dos economistas acreditarem que os métodos escolhidos se ajustarão ao observado e originarão os resultados previstos, sem considerarem explicitamente a natureza dos fenómenos sociais.

A dissertação está estruturada da seguinte forma:

Numa primeira fase, no capítulo 2, apresenta-se um enquadramento teórico, onde é analisada qual a ontologia pressuposta pela economia neoclássica e como se contrasta com uma ontologia mais “verdadeira”, segundo Lawson (1997, 2012). Este autor argumenta como a ciência económica pode ser uma verdadeira ciência, como as outras, à luz da perspectiva do Realismo Crítico, na secção 2.3. No capítulo 3 são apresentadas uma definição e uma explicação da origem do termo “neoclássico”, segundo Veblen (1898). Após as interpretações de Lawson (Lawson, 2013), o capítulo 4 visa explicar como a teoria neoclássica foi evoluindo e ganhando espaço na sociedade moderna e como a sua profissionalização deu origem ao formalismo matemático. Neste capítulo termos a perspectiva de Blaug (1992, 1997a, 1997b) de como a noção de equilíbrio geral marcou o início da degradação da teoria neoclássica, visto que os seus autores perderam de vista o fim económico da questão. Mirowski (1989, 1992) e Schumpeter (1981, 2010) são referenciados na secção 5, uma vez que as suas críticas acabam por iluminar algumas justificações para a aceitação generalizada da teoria neoclássica, em particular quando a refletem como uma metáfora e uma racionalização da realidade. Seguindo esta linha, McCloskey (1983) e Friedman (Friedman, 1953) rematam esta dissertação, na secção 6, com justificações sociológicas e epistemológicas. McCloskey critica o formalismo matemático, mas não o rejeita, argumentando que serve como metáfora para simplificar uma realidade complexa e para que a audiência melhor a perceba. Já Friedman, no capítulo 6.2., vai argumentar que a falsidade dos pressupostos não devem influenciar a aceitação de uma teoria, visto que o que é importante é que a teoria faça boas previsões.

## 2. Lawson e o realismo transcendental

Lawson nota que a função da filosofia, de acordo com Kant, é analisar conceitos que já são conhecidos e dados, mas que permanecem confusos. Assim, a filosofia pode “expor incoerências em crenças implícitas nas práticas, ou pode demonstrar como certas crenças não podem, de facto, acomodar algo que, através da prática, é realmente feito” (Lawson, 1997, p. 64).

### 2.1. Incoerências teórico-práticas

Através da filosofia, o autor (1997, p. 22) identifica três principais incoerências generalizadas e persistentes na ciência económica. Estas tensões manifestam-se em contradições ou desfazamentos entre a teoria e a evidência empírica e são tão significativas na disciplina, que Lawson prefere descrevê-las como incoerências teórico-práticas. Ao revelarem práticas inconsistentes com a teoria aceite, acabam por gerar incertezas, o que permite a Lawson perceber que o programa de transformação da disciplina terá de as transcender e explicar. Ou seja, segundo o autor é necessário ir além da incapacidade do projeto contemporâneo de prever ou explicar acontecimentos e situações económicas reais e é importante ter em conta estas inconsistências.

A primeira das principais tensões internas da ciência económica é o que Lawson chama de “incoerência ao nível do método” (Lawson, 1997, pp. 24-27). Segundo o autor, os economistas empregam frequentemente práticas e técnicas de investigação inconsistentes com as perspetivas teóricas do método que utilizam. Ou seja, as suas “metodologias oficiais não são aparentemente o fundamento da sua convicção científica” (McCloskey, citada por Lawson, 1997, p. 24), isto é, *a retórica oficial declarada pelos cientistas não é uma retórica que se enquadra nas suas práticas reais*. Assim, o autor conclui que se a teoria não puder ser seguida na prática, dado que se alcançam resultados que a teoria vê como impossíveis, então a teoria necessita de revisão.

A segunda incoerência (pp. 27-30) regista-se ao nível da teoria social e manifesta-se através do conteúdo substantivo das teorias económicas. Segundo Lawson, “nas suas discussões diárias, retóricas generalizadas, posicionamentos públicos e programáticos, os economistas referem-se a muitos itens substantivos (categorias económicas básicas de escolha, instituições, mercados, dinheiro, relações sociais, incerteza e mudança) cujas formas oficiais de proceder não podem acomodar sem grande esforço” (Lawson, 1997, p. 27). Ou seja, a teoria

substantiva que os economistas têm desenvolvido é incompatível com aspetos da realidade que parecem aceitar.

Para exemplificar o seu ponto de vista, o autor foca-se no facto de os economistas parecerem “reconhecer a ideia de que os seres humanos possuem a capacidade de exercer uma escolha real, com base na “teoria da escolha”” (Lawson, 1997, p. 27). Contudo, nos modelos formais presentes nas principais revistas e livros contemporâneos, a escolha humana é negada, uma vez que a “verdadeira escolha significa que o indivíduo poderia ter agido de outra maneira e os “teóricos” contemporâneos são incapazes de permitir isso na sua modelação formalista”. Isto é, embora nos discursos mais informais os economistas reconheçam a existência do poder de escolha e o exercício da escolha, na prática este fenómeno está ausente das análises substantivas formais. Na verdade, os indivíduos são representados de tal forma que quase sempre há apenas uma linha de ação preferida ou racional que acaba por ser sempre seguida. Assim, Lawson alega que se os teóricos considerarem que exercer o poder de escolha é uma característica real da agência humana, é importante reinventar a economia, a fim de permitir práticas ou teorias nas quais este fenómeno possa ser sustentado.

A terceira, e última, tensão que Lawson identifica (Lawson, 1997, pp. 30-33) está relacionada com o comportamento que os economistas ortodoxos têm face à metodologia. O autor foca que estes economistas não a rejeitam acerrimamente, contudo, desencorajam-na e consideram-na inútil e irrelevante para o progresso na ciência económica: para estes economistas, a rejeição da metodologia “parece ser uma questão de bom senso, uma intuição que reside naturalmente nos seus sistemas de crenças e mentalidades” (Lawson, 1997, p. 32). No entanto, Lawson afirma que a metodologia é indispensável e, na prática, inevitável, pois não pode ser separada da teoria: “tal orientação teórica é omnipresente, manifestando-se de muitas maneiras” (Lawson, 1997, p. 30). Questões de ontologia surgem sempre associadas a “ciência”, uma vez que as frases científicas pressupõem uma realidade: “quem procura negar, ou banir, a ontologia só consegue contrabandeá-la de forma ilícita. Da mesma forma, a tentativa de redução da metodologia (...) pressupõe uma realidade de pensamento económico, práticas, conversas, ou o que quer que seja que esteja a ser recontado ou simplesmente descrito (Lawson, 1997, p. 68).

Na verdade, esses economistas “parecem incapazes de se abster de discussões metodológicas explícitas e de se questionarem a si próprios” (Lawson, 1997, p. 30) e “podem ser encontrados a apresentar argumentos e a defender posições que só podem ser descritas como

manifestamente metodológicas/filosóficas” (Lawson, 1997, p. 31). Ou seja, a sua própria oposição à metodologia acaba por ser incoerente.

Lawson comenta que, se por um lado, “a discussão metodológica em economia provou muitas vezes *ex post* ser em grande parte infrutífera”, “a avaliação generalizada *a priori* de que a metodologia não pode dar frutos (...) não se segue, nem tem qualquer validade”. Ou seja, acaba por ser uma reivindicação afirmada, mas nunca realmente defendida, representando, assim, uma tensão entre teoria e prática.

Estas tensões teórico-práticas são reconhecidas pela maioria dos economistas praticantes, contudo, Lawson refere que apenas alguns, nomeadamente Blaug, Leamer, Lucas e McCloskey, parecem dispostos a tratá-las com o tipo de seriedade que exigem. O autor acrescenta que a tendência dominante dos economistas é considerá-las como “incómodos suaves com os quais podemos viver, se necessário” (Lawson, 1997, p. 33). Assim, estes últimos acreditam que para ultrapassar a dificuldade do projeto contemporâneo em explicar e prever acontecimentos é suficiente rever continuamente certas partes das teorias, recolher mais dados ou desenvolver formas mais sofisticadas de software informático. Contudo, tais progressos, como já mencionado, não resolvem estas “tensões, confusões e patologias de ação que se traduzem na aceitação de discrepâncias duradouras entre as práticas adotadas e as teorias que as devem suportar” (Lawson, 1997, p. 33), pelo que o autor defende uma reestruturação radical da própria natureza da ciência económica ortodoxa.

Ao apresentar os problemas que pautam a economia como ciência, Lawson conclui que a sua essência não reside nos seus compromissos teóricos substantivos, como a racionalidade ou análise de estados de equilíbrio, ao contrário do que a maioria dos seus críticos sugere. O autor defende que o cerne da questão é a metodologia e a ontologia social, mais particularmente, a insistência de que a pesquisa se deve basear no método particular da modelação matemática formal: “o problema central deriva de uma dependência de métodos de modelação matemática dedutiva *per se*; existe um descompasso básico entre os tipos de métodos matemáticos que os economistas empregam e a natureza dos fenómenos sociais, incluindo os económicos” (Lawson, 2010, p. 6).

Note-se que o autor não critica a matemática por si só, que é útil em muitos domínios, incluindo em alguns casos económicos. Contudo, defende que a insistência na aplicação generalizada de métodos matemáticos-dedutivistas *a priori* é injustificada, pois há um desfasamento entre os pressupostos ontológicos destes métodos e o que tem sido encontrado na natureza do mundo social.

Na perspectiva de Lawson, é esta negligência da ontologia social que acaba por se revelar a verdadeira causa dos problemas da ciência económica.

## **2.2. Causas dos reais problemas da economia**

Esta exigência de que a análise económica seja feita em termos de modelos formais leva os principais economistas a adotar uma forma de explicação que facilita a construção de tais modelos: o dedutivismo. Este “conjunto de métodos e formas de proceder” pressupõe a existência de um mundo atomístico, fechado e isolado (Lawson, 1997, p. 35). O problema, contudo, é que o mundo social é aberto e insuscetível a fechamentos cientificamente interessantes, daí se ter referido que os pressupostos ontológicos da ênfase na modelação matemática não correspondem à natureza do domínio social. Assim, Lawson considera que o uso destas ferramentas em condições para as quais são inapropriadas revela-se como a origem dos repetidos falhanços explicativos da disciplina.

### **2.2.1. O que é o *dedutivismo*?**

Dedutivismo é, para Lawson, “a doutrina que defende que toda a explicação deve ser expressa em termos de “leis” ou “uniformidades” interpretadas como (reais ou “hipotéticas”) correlações ou regularidades de acontecimentos” (Lawson, 2013, p. 950). Tais regularidades apenas são garantidas numa ontologia social (visão do mundo) em que a realidade é vista como um sistema de átomos isolados. Neste contexto, Lawson refere-se a “átomo” como algo que, quando acionado, tem o mesmo efeito independente em qualquer contexto, pois só assumindo que os átomos atuam em isolamento de qualquer fator compensatório que possa interferir com os resultados é que é possível prever e deduzir acontecimentos, assim como criar leis universais da forma *sempre que ocorre acontecimento X, então ocorre acontecimento Y*. Isto é, “em geral, explicar algum acontecimento, coisa ou fenómeno (ou seja, a “explicação”) é fornecer um relato pelo qual o fenómeno inicial é tornado inteligível. De acordo com a doutrina dedutivista, então, a explicação deve ser deduzida de um conjunto de condições iniciais (...) e de leis universais da forma “sempre que X, então Y”” (Lawson, 1997, p. 36): “dedutivismo é um tipo de explicação em que as regularidades da forma “sempre que X, então Y” são uma condição necessária” (Lawson, 2012, p. 5).

Uma vez que o dedutivismo domina a economia contemporânea e é considerado universalmente válido, a procura de regularidades de acontecimentos de tipo probabilístico acaba por caracterizar a econometria. Também as conjunções de acontecimentos constantes,

interpretadas geralmente como “axiomas” ou “pressupostos”, são uma condição da teorização económica.

### **2.2.2. Dedutivismo na teoria económica**

Um dos maiores exemplos da devoção ao dedutivismo, patente na economia convencional, está expressa no projeto de “teoria económica”, o ramo mais prestigiado da economia moderna, que é também denominada por Lawson de “teoria pura” ou “teoria simples” (Lawson, 1997, p. 103).

O projeto da teorização económica é relevante, pois as teorias e leis económicas abundam na disciplina económica lecionada nas faculdades contemporâneas, sendo caracterizada por alguns itens substantivos recorrentes:

“foca-se nos indivíduos e não na coletividade; nas atividades de intercâmbio e não na produção ou distribuição; na otimização (maximização/minimização) do comportamento em vez de na satisfação ou no seguimento de hábitos; nas condições de concorrência perfeita em vez de oligopólio ou monopólio; nas estruturas que facilitam retornos constantes (ou decrescentes) à escala, em vez de aumentar os retornos; assume condições de conhecimento perfeito e previsão ou “expectativas racionais”, em vez de incerteza ou ignorância; estados finais, pontos fixos de equilíbrio, em vez de processos no tempo; funções (utilidade, custo, preferência, lucro) que são bem comportadas (quando apropriado, convexas, diferenciáveis, fixas, bem ordenadas em relação a todos os argumentos, etc.) e não de outra forma” (Lawson, 1997, p. 104).

Os principais teóricos mostram preferência por teorias gerais e simples, contudo nos últimos anos, devido a desenvolvimentos internos, ajustaram as avaliações da natureza do seu projeto. Na verdade, estas figuras centrais reconheceram que os modelos da teoria económica são demasiado gerais para implicar resultados de interesse e, ao perceberem que projeto não ilumina nem fornece respostas sobre nenhum fenómeno económico real, teóricos como Canning e Kirman tiveram de reformular a sua perspetiva: “até aqueles que (...) sempre enfatizaram as virtudes de se concentrarem mais ou menos exclusivamente nas decisões dos indivíduos racionais, nos estados de equilíbrio e, talvez mais significativamente, em teorias simples altamente gerais, parecem ter começado a apoiar posições bastante diferentes” (Lawson, 1997, p. 105):

- no lugar dos indivíduos racionais, Canning, citado por Lawson, (1997, p. 105), sugere modificar para autómatos ou “partículas” fixas e Kirman, também referido por Lawson, (1997, p. 105), sugere grupos/sociedades coordenados de modo a agir em média como um único indivíduo racional;
- no lugar dos estados de equilíbrio, temos vários conceitos de solução de sistema que parecem estar em ordem;
- no lugar de premissas simples e gerais e dos teoremas, a ideia é os potenciais teóricos focarem-se mais em premissas complexas e específicas e abraçar os métodos de simulação em computador.

Esta mudança de postura, para Lawson, deriva do facto de a teoria ortodoxa se focar particularmente na teoria do equilíbrio geral e na teoria dos jogos, onde são reconhecidos problemas insuperáveis na procura contínua de possíveis situações de equilíbrio. Tem sido observado, argumenta o autor, que “se uma especificação aceitável de uma “economia” permite um equilíbrio, normalmente permite muitos outros e mesmo que uma solução de equilíbrio seja única, não há nenhum mecanismo óbvio na especificação ortodoxa padrão de uma economia para garantir que se consiga atingir” (Lawson, 1997, p. 106). Tais resultados, como observa Lawson, não são encorajadores se os teóricos ortodoxos pretendem explicar fenómenos reais ou influenciar a formulação de políticas. Assim, nesta perspetiva, a mudança de direção da ortodoxia é, para o autor, amplamente compreensível e estes movimentos são concebidos para tornar as premissas da teorização menos gerais ou arbitrárias, para que conclusões específicas possam ser implicadas.

Contudo, o facto alterarem assim os fundamentos do seu projeto, leva Lawson a afirmar que a economia contemporânea se revela um “projeto arbitrário, elástico, maleável ou escorregadio” (Lawson, 1997, p. 169). Ou seja, se uma contribuição ortodoxa é criticada por ser irrealista ou insustentável, os proponentes do projeto substituem-na ou adaptam-na, a fim de prolongar a vida de um projeto essencialmente mal orientado, como foi constatado: “a natureza do projeto ortodoxo é, realmente, arbitrária, permitindo que os teóricos consigam sempre recorrer a alguma alternativa para colmatar e ultrapassar as suas lacunas” (Lawson, 1997, p. 169).

Porém, como Lawson realça, a natureza destas alterações é tal que deixam o projeto incapaz de lidar com os seus problemas, ou seja, estas modificações acabam por não facilitar uma

teoria que explique acontecimentos do mundo social real ou de ajudar na formulação de políticas.

### **2.2.3. Será que os teóricos pretendem explicar fenómenos reais?**

Para Lawson, a estratégia de reformulações à teoria a que os ortodoxos recorrem para lidar com os inevitáveis problemas derivados do uso inadequado do dedutivismo não resultam. Por esse motivo, o autor questiona se os teóricos procuram explicar e abordar fenómenos do mundo social real.

A verdade é que o recente uso de métodos de simulação em computadores, por exemplo, cujo objetivo é gerar modelos suficientemente complexos para incorporar a complexidade dos fenómenos sociais reais e as suas relações, conduz à ideia de que o projeto deve ser explicativo e procurar superar as falhas explicativas que sustenta. Contudo, Lawson aponta que esse objetivo de formular modelos que devem ser confrontados com dados sobre os fenómenos económicos reais não foi aceite por todos os teóricos de forma consistente. Segundo o autor, Hahn, por exemplo, insiste no projeto da teoria dedutivista e aceita os seus postulados teóricos, apesar de ter consciência que estes dificilmente são realistas. Assim, por vezes, em alguns contextos, parece que o modo dedutivista de raciocínio é considerado justificado, independentemente de terem sido registadas poucas regularidades de acontecimentos interessantes no mundo real.

Esta presunção de que os modelos teóricos não precisam de ser empiricamente adequados, justifica-se, segundo Lawson, devido a “idealizações fictícias, tipos de limites, entidades, aspetos ou situações que se caracterizam por características perfeitas, completas, puras ou absolutas em algum sentido” (Lawson, 1997, p. 125). As conceções de concorrência perfeita, previsão perfeita, conhecimento completo, racionalidade no sentido de otimizar comportamento e maximizar preferências, mercados perfeitos, são exemplos de “idealizações fictícias” que acabam por abundar na economia sendo, ou não, concebidos como idealizações.

Deste modo, Lawson reflete se uma economia baseada numa metodologia e ontologia equivocadas poderia funcionar, questionando-se como se pode esperar que premissas irrealistas esclareçam fenómenos reais do mundo. O autor considera que esta é a questão mais importante que se coloca ao defensor da economia tradicional: “como é que as formulações de conjunção constantes (e o recurso à “modelação” dedutivista que a dependência de tais ficções facilita), podem ser úteis na compreensão dos fenómenos gerados num sistema social insuscetível a um encerramento local significativo?” (Lawson, 1997, 126).

A primeira justificação que lhe surge como resposta é que não importa que poucas regularidades de acontecimentos tenham sido descobertas, pois a “teorização” em questão tem usos que vão além da explicação de fenómenos reais.

Uma segunda opção é interpretar os tipos de modelos que os economistas formulam como dispositivos temporários, necessários e úteis num processo gradual de elaboração, que deve resultar em modelos suficientemente complexos ou realistas para fornecer explicações e previsões bem-sucedidas de fenómenos reais.

Lawson analisa e explora estes argumentos, comentando que, segundo a primeira justificação, há uma presunção de que a compreensão de modelos irremediavelmente fictícios - que constituem formulações de mecanismos e estados puramente hipotéticos da economia, sem relação com fenómenos reais produzidos apenas para permitir que certos resultados sejam gerados - são reconhecidos como representando apenas a economia “imaginada”, podendo também fornecer uma visão do funcionamento e das possibilidades da economia real. De modo a criticar esta posição, o autor argumenta que os mecanismos teorizados têm de ser também possibilidades reais. Na verdade, uma compreensão das estruturas, mecanismos e condições que nunca poderiam ser realizadas não é senão a compreensão das propriedades formais dos modelos em que elas são teorizadas. Assim, uma compreensão da “economia imaginada” pode facilitar a compreensão do funcionamento da economia real. Mesmo que qualquer pressuposto destacado seja considerado de interesse (no sentido de ser plausível sob certas condições), não nos permitiria estudar as patologias sugeridas como possibilidades reais, pois todo o quadro de pressupostos em que qualquer um deles está embutido é fictício. Por outras palavras, Lawson comenta que se assumirmos que X implica Y, e soubermos que X é um conjunto de afirmações falsas sobre estados reais ou possíveis da realidade social, nada podemos inferir sobre a possibilidade real de Y. Assim, apesar das pretensões em contrário, a “teoria” ortodoxa não pode iluminar nem esclarecer sobre a possibilidade real de ocorrerem situações na sociedade que possam ser caracterizadas como tipos de equilíbrio económico. Em suma, segundo o autor, ou o objetivo dos teóricos é:

- compreender e explicar fenómenos reais, o que significa, necessariamente, procurar regularidades de acontecimentos que possam ser consideradas seguras. Tal acabaria por se transformar numa jornada eterna de escavação cada vez mais profunda e construção de equações cada vez mais complexas para descobrir que “sempre que isto, então aquilo”;

- ou o objetivo de compreender a realidade social a fim de determinar as propriedades de modelos irrelevantes terá de ser abandonado, o que só é conseguido descartando, inclusivamente, o objetivo de entender como os acontecimentos do mundo real aconteceram.

Empregar a lógica dedutiva não é o mesmo que aceitar a forma dedutivista de análise (em que o objetivo é sempre deduzir afirmações específicas sobre atualidades a partir de “leis” e condições iniciais aceites, incluindo os seus axiomas e pressupostos). Contudo, se a clareza e a precisão não são relevantes para os modeladores formais, nem são suficientes para a compreensão dos fenómenos sociais reais, Lawson alega que um agricultor pode, com tanta clareza quanto qualquer “teórico”, assumir que os seus porcos podem voar numa direção com uma velocidade determinada: “este exercício não ajudará o fazendeiro a entender a natureza, velocidade ou custo do processo pelo qual os porcos podem realmente ser trazidos ao mercado, a menos que os porcos voadores sejam uma possibilidade real” (Lawson, 1992, p. 126).

#### **2.2.4. Por que razão o dedutivismo se revela um problema tão grande?**

O problema deriva, novamente, da confiança inquestionável no modo dedutivista de explicação. Este, juntamente com a conceção de leis científicas que lhe está associada, baseia-se na adesão a uma tese metafísica referida como *determinismo da regularidade*, onde para cada evento económico ou estado de coisas  $y$ , existe um conjunto de acontecimentos ou condições  $x_1, x_2, \dots, x_n$ .

De forma a garantir o curso do raciocínio económico, é necessário assegurar a constância intrínseca, isto é, garantir que a estrutura interna de qualquer estado de qualquer indivíduo de análise é constante. Outra restrição a ter em conta é a da redutibilidade, que deve garantir que o resultado global, para qualquer descrição de estado, seja redutível às condições de obtenção do sistema.

Estas condições são automaticamente satisfeitas se os indivíduos relevantes forem caracterizados atomisticamente, dado que cada reação é apenas uma resposta passiva a forças ou estímulos externos, como comenta Lawson. Contudo, o autor complementa que a satisfação da questão intrínseca não garante, por si só, um fechamento. Apenas assegura que se o conjunto elaborado de condições ou estados  $x_1, x_2, \dots, x_n$  implica uma lista completa de potenciais “influências”, então o resultado para  $y$  pode sempre ser determinado. O problema potencial para as tentativas dedutivistas de prever ou “explicar” qualquer resultado real surge

com a possibilidade da existência de outras condições (possíveis fatores novos) que não estão incluídos no conjunto de condições  $x_1, x_2, \dots, x_n$  previamente especificado, mas que podem influenciar o resultado real. Assim, Lawson afirma que para que as explicações dedutivistas dos acontecimentos reais sejam garantidas, tais influências devem ser ou internalizadas dentro do sistema ou mostradas como constantes na ação. Ou seja, é necessário que os economistas ortodoxos incorporem nos seus modelos uma segunda restrição, a que Lawson chama “condição de fechamento extrínseca” (p. 116). Apenas as condições explicitamente elaboradas  $x_1, x_2, \dots, x_n$  têm uma influência sistemática, não constante, sobre o evento de resultado  $y$  em questão.

O autor mostra-se bastante cético quanto à utilidade dos modelos matemático-dedutivistas, exatamente porque os economistas têm de assumir pressupostos de fechamento como “os agentes são racionais e maximizam a sua utilidade esperada”, ou “a economia consiste apenas num agente representativo projetado para assegurar que sob certas condições  $x$ , os agentes atuem sempre da mesma forma e produzam o mesmo resultado  $y$ ”. Assim, garantem-se os sistemas fechados e a dedutibilidade de resultados que a teoria exige, dado que os métodos matemáticos têm aplicabilidade restrita a este tipo de sistemas.

Contudo, o problema é que tais sistemas são raros no mundo social: “as regularidades dos acontecimentos que supostamente caracterizam a vida social ou são tão complexas que até agora não foram detetadas, ou operam a um nível que é mais fundamental ou básico do que o alcançado até agora, ou seja, o fracasso deve ser atribuído às dificuldades de satisfazer as condições de fechamento extrínseco e intrínseco”. Os “pressupostos de fechamento” não correspondem ao que se observa na realidade e acabam por ser concebidos para eliminar as fontes de indeterminação dos modelos de um mundo social que é maioritariamente aberto. Assim, os pressupostos retratam pessoas como átomos passivos que habitam em mundos isolados, quando, na realidade, Lawson afirma que isso não se verifica.

#### **2.2.5. Como ultrapassar o problema que representa o dedutivismo?**

Uma resposta que Lawson apresenta para fazer face ao fracasso do projeto da “teoria económica” é explorar formulações alternativas e mais complexas, em vez das formulações excessivamente simples destinadas a satisfazer a condição extrínseca. Lawson sugere que uma solução poderá passar por introduzir características históricas e contextuais específicas da situação da cada agente na especificação formal.

Assim, face a estes problemas, se não se optar pela perspectiva do realismo transcendental, que será explorada de seguida, Lawson destaca que apenas podemos considerar três opções para o futuro da economia convencional:

- uma primeira possibilidade seria “abandonar a exigência de alcançar êxitos explicativos”, seja para toda a ciência (como defende Menger, citado por Lawson, 1997, p. 170), ou, pelo menos, para a economia em particular (como sugere Hayek, através de Lawson, 1997, p. 170). Isto significa assumir que a ciência económica não tem necessidade de explicar acontecimentos.
- para “os economistas determinados em manter a esperança de sucessos explicativos”, uma segunda hipótese seria adaptar ou modificar o “critério filosófico do dedutivista quanto ao que constitui uma explicação satisfatória”. Para Lawson, tal solução, não resolve as dificuldades nem proporciona nenhuma saída real dos sistemas fechados que caracterizam o dedutivismo, dado que “qualquer forma de raciocínio que se baseie nos fechamentos estocásticos espontâneos é insustentável quando confrontada com a realidade de sistemas abertos” (Lawson, 1997, p. 170).
- por último, uma outra resposta seria aproveitar uma “particularidade do domínio social que necessita de alguma distância entre o pressuposto filosófico e a análise substantiva propriamente dita” (Lawson, 1997, p. 170).

Para Lawson, contudo, a perspectiva mais viável seria uma mudança de rumo, com atenção primária, não à modelação matemática, mas sim ao estudo mais direto da natureza concreta da realidade social. Deste modo, surge um conceito que Lawson considera superior e claramente mais explanatório, o realismo crítico ou transcendental: “é possível ir mais longe e usar a filosofia para investigar a possibilidade da economia como ciência social” (Lawson, 1997, p. 64).

#### **2.2.6. O realismo transcendental**

Com o objetivo de resolver os atritos causados pelo dedutivismo (nomeadamente as tensões teórico práticas), Lawson sugere a substituição desta conceção por uma mais adequada. Ou seja, por outras palavras, o economista defende a adoção de uma orientação realista, que não só resolve essas inconsistências teórico-práticas supramencionadas, como poderá facilitar uma economia “mais relevante ou mesmo possível dentro dos limites das normas e critérios explicativos da disciplina económica contemporânea” (Lawson, 1997, p. 34).

“Qualquer posição pode ser designada como “realismo” (no sentido filosófico do termo), que afirma a existência de algum tipo de entidade disputada (tais como buracos negros, relações de classes, equilíbrio económico, (...) utilidades).” (Lawson, 1997, p. 34). Na ciência, uma postura realista (realismo científico) afirma que os objetos finais da investigação científica são independentes dos métodos usados e da sua investigação, ou existem, até, antes desta: “os objetos finais da investigação científica existem e atuam (na sua maioria) de forma bastante independente dos cientistas e das suas práticas” (Lawson, 1997, p. 67). Esta posição ligada à investigação do ser e da existência coaduna-se com a preocupação direta de Lawson com a ontologia e com a elaboração da natureza ampla de aspetos naturais e sociais. “Realismo” é, afirma Lawson, um termo usado para denotar relatos específicos da natureza da realidade natural e social, fundamental para a análise da ciência económica e ignorado pelos economistas ortodoxos contemporâneos, que, como já mencionado, “assumem que, quaisquer que sejam os métodos utilizados, a realidade social deve ajustar-se” (Lawson, 1997, p. 35). Lawson comenta, ainda, que este “reducionismo epistemológico” deve ser evitado, de modo a facilitar formas de proceder adequadas aos objetos sociais.

Para além de amplamente aberto e de apresentar poucas regularidades de acontecimentos estáveis, Lawson revela que o mundo socioeconómico é composto por fenómenos emergentes que, longe de serem isolados, estão internamente relacionados com outras coisas, e, em última instância, com tudo o resto: professores e alunos; empregados e empregadores; credores e devedores; dinheiro, mercados e empresas com capitalismo. O autor reconhece, ainda, que o mundo social é estruturado e exibe uma profundidade ontológica: é constituído por pessoas e pelas suas práticas, mas também por estruturas sociais, regras sociais, instituições, relações e posições sociais ontologicamente irreduzíveis, isto é, consiste em mais do que ações humanas reais.

Por fim, de acordo com esta ontologia social alternativa, a causalidade é importante e tende a dominar um relato processual mais complexo. Lawson foca que a realidade social é um processo de causalidade cumulativa e o mundo social é caracterizado por ser dinâmico na medida em que a realidade social é altamente transitória e temporária. Os indivíduos e a sociedade, embora ontologicamente distintos, são componentes mutuamente constitutivos de um processo transformacional de desenvolvimento social e pessoal. Relações sociais constitutivas, em suma, são uma condição fundamental da realidade social, portanto, a realidade social consiste em fenómenos emergentes, constituindo processos causais internamente relacionados: ontologia causal-processual ou histórico-causal.

No fundo, o mundo é povoado por totalidades e essa característica requer a elaboração que é fornecida pelo realismo crítico. Lawson conclui que “devemos abraçar a concepção de um mundo complexamente estruturado, aberto, intrinsecamente dinâmico, caracterizado pelo surgimento inovador e inclusivo de totalidades e ausências causalmente eficazes” (p. 84).

Ou seja, Lawson permite-nos concluir que, aceitando esta concepção alternativa, as falhas da disciplina surgem simplesmente porque os economistas procuram providenciar análises de um sistema social com formulações que exigem que o âmbito social seja tratado como se fosse um sistema fechado de átomos isolados. Por outras palavras, a verdadeira fonte dos problemas da disciplina é a ênfase na modelação matemática que define a corrente económica vigente, uma ênfase que usualmente resulta em formulações implicitamente limitadas a serem consistentes com uma ontologia social deficiente.

### **2.3. À luz do realismo crítico, poderá a ciência económica ser uma verdadeira ciência?**

Lawson demonstra-nos que, se a melhor teoria da ontologia é inconsistente com as práticas reconhecidas pelos economistas, então uma delas terá de ser reformulada: ou a teoria ontológica ou as práticas que estes usam.

Ou seja, em última análise, é necessário fazer uma escolha entre manter a economia convencional contemporânea (dedutivista) ou focar na realidade. Dado que o projeto dedutivista não provou ser bem-sucedido *ex post*, o autor acredita que não há motivos para persistir com ele e o realismo crítico pode explicar o fracasso do programa dedutivista em economia.

Se se escolher a favor da realidade e não do dedutivismo, a economia, como ciência propriamente dita, emerge como uma possibilidade real. O mundo social não só é aberto, como também estruturado, com organizações sociais, poderes, mecanismos e tendências definidas e identificáveis que são responsáveis pelo curso real dos acontecimentos sociais.

Deste modo, Lawson defende o fim efetivo da abordagem geral e da posição dominante da economia ortodoxa, dado que a origem de todos os problemas e dificuldades do projeto ao lidar com a realidade social (um sistema aberto) provêm da própria essência desse projeto.

Por outro lado, sabemos que uma das principais características das ciências é a capacidade de fazer previsões, na qual a ciência económica tem ficado aquém. Neste âmbito, no entanto, Lawson comenta que o carácter preditivo das disciplinas científicas “é improvável”, “não é essencial” e “é indesejado” (Lawson, 1997, p. 280). Ou seja, para ele, a previsão não é o objetivo final de uma ciência de sucesso, sendo este a “identificação e compreensão das estruturas, poderes, mecanismos e tendências que (...) produzem ou facilitam [os

acontecimentos]. E esta compreensão é tudo o que é necessário para a análise política e (sempre que possível) para uma ação eficaz” (Lawson, 1997, p. 280). Os sistemas abertos estudados pelas ciências sociais estão sujeitos a múltiplos distúrbios extrínsecos e intrínsecos, o que torna a tarefa de previsão difícil ou impossível. Por outro lado, o facto de se conseguir prever acontecimentos implicaria que o futuro já estaria determinado ou estaria sob controlo social, o que “seria inconsistente com a possibilidade de escolha humana generalizada e de liberdade”.

Tendo isto em conta, Lawson assegura que a economia pode ser uma ciência no sentido de qualquer outra ciência, ao aceitar o desafio de iluminar os acontecimentos sociais: “a economia não precisa de estar meramente na “fronteira da ciência”. De facto, a economia pode ser uma ciência no sentido das ciências naturais, embora dependendo de uma transformação generalizada nas práticas que os economistas empregam” (Lawson, 1997, p. 280).

Em suma, ao longo desta secção, fomos concluindo que Lawson identifica no dedutivismo e na sua aplicação limitada a fonte dos problemas da disciplina económica moderna e sugere a adoção do realismo crítico a fim de se transformar numa ciência propriamente dita, como as ciências naturais.

Tendo em conta estas noções e as críticas que elaborou à economia neoclássica, iremos analisar, de seguida, perspectivas de outros autores e historiadores económicos.

### 3. Economia Neoclássica

A economia neoclássica (ou ortodoxa) é o principal alvo das críticas referidas na introdução. Tendo em conta as falhas da economia moderna, derivadas da adoção acrítica do dedutivismo, exploradas na secção anterior, é útil lançar algumas luzes sobre este conceito. Com esse objetivo, será traçado um roteiro histórico com enfoque em Veblen e Lawson, a fim de percebermos as origens do termo e o seu significado atual.

Na verdade, este é um conceito importante e muito presente pois, como reflete Roy Weintraub, citado por Lawson (2013, p. 949), “agora somos todos neoclássicos”. Esta conclusão deriva do facto de os académicos ensinarem a teoria neoclássica aos estudantes, que é o conteúdo substancial dos livros de ensino de economia moderna, pelo que se torna fulcral esclarecer e definir “economia neoclássica”, bem como perceber a sua evolução ao longo da história.

#### 3.1. O que é e de onde surgiu a economia neoclássica?

Lawson (2013) explica-nos que Thorstein Veblen terá introduzido, em 1900, o termo “neoclassical” na economia, para caracterizar uma determinada “escola” em particular. Crítico da economia neoclássica, o próprio Veblen refere-se a “escola”, com aspas, sugerindo que pode haver um sentido em que esta não era realmente uma escola de pensamento, uma vez que acreditava que a teoria neoclássica tinha já sido ultrapassada pela sociedade que procurava explicar.

Atualmente, Lawson afirma que o termo “neoclassical” tem múltiplas utilizações e está muito presente no meio académico. Em geral, emprega-se para “denotar um conjunto de teorias substantivas e posturas políticas” (Lawson, 2013, p. 947). Segundo este autor, há duas principais visões dominantes relativamente à interpretação do termo: “há aqueles que supõem que a noção de “neoclassical” tem um sentido de continuidade e diferença em relação à chamada economia clássica. O próprio nome aponta para essa dualidade (...) e os historiadores acabam por concluir que a classificação de “neoclassical” prioriza coerência interna (em vez de continuidade com tradição clássica) e procura sistematizar características analíticas que sejam comuns ou generativas das contribuições mais amplamente aceites como neoclássicas” (Lawson, 2013, p. 948). Exemplos destas “características comuns” são:

“a natureza (altamente) abstrata das caracterizações avançadas, assumindo a forma de um conjunto de axiomas, meta axiomas ou metateorias; os axiomas identificados

tenderem a fazer referência aos indivíduos como unidades de análise e indicarem algo dos estados de conhecimento e/ou formas de comportamento típico desses indivíduos; serem mencionados certos estados supostos da economia, como o estado de equilíbrio”.

Contudo, Lawson reconhece que o termo “neoclassical” é aplicado de forma vaga e inconsistente entre os diferentes autores e é difícil encontrar acordo. Mesmo em relação a estas características analíticas, deparamo-nos com significativa diversidade de interpretações e o conhecimento individual tanto é reconhecido como “perfeito ou completo, como, por vezes, sistematicamente limitado” (Lawson, 2013, p. 949). O comportamento também pode ser exposto como “racional em sentido técnico, se bem que nem sempre, e, onde o é, existe uma variedade significativa nas especificações” (Lawson, 2013, p. 949). Por outro lado, também a noção de “estado de equilíbrio” tem uma variedade de sentidos mesmo entre os intérpretes mais cautelosos.

Ou seja, parece que as categorias substantivas estão em declínio no discurso da economia moderna. Citando David Colander, Lawson comenta que “a economia moderna está a afastar-se da estrita adesão à “Santíssima Trindade” – Racionalidade, Egoísmo e Equilíbrio” (Lawson, 2013, p. 950), posição que é partilhada por outros autores. Colander vai mais longe, inclusivamente, ao proclamar que “para servir um propósito intertemporal, o termo “escola económica neoclássica” tem de morrer” (Colander, 2000, p. 130).

Lawson aponta, assim, que “se o uso corrente do termo “neoclassical” perdeu a ligação com o significado original” (Lawson, 2013, p. 950) e não é consistentemente usado ou interpretado de forma útil pelos que procuram coerência interna, parece não haver real necessidade de o empregar. Na verdade, a maioria dos “grupos de pesquisa ou divisões de estudo da economia moderna são mais do que adequadamente caracterizados sem recurso ao termo” (Lawson, 2013, p. 950).

Apesar de Lawson referir que, em muitas esferas da atividade humana, há termos usados de forma vaga e sem concordância, na situação atual, a forma como o termo “neoclassical” é aplicado, não só “produz ofuscação severa, como é também debilitante da disciplina, nomeadamente porque impede uma crítica eficaz” (Lawson, 2013, p. 951).

Assim, partindo destas considerações e recorrendo à história do pensamento económico, Lawson pretende elaborar um conceito de “economia neoclássica” mais coerente e sustentável, mas consistente com as origens históricas de Veblen:

“é, simultaneamente, contínuo e diferente do conceito de “economia clássica”; engloba e é consistente com todas as interpretações modernas explícitas; torna igualmente inteligíveis as contradições da literatura mais ampla e mais flexível; tem um referente claro; é útil em, pelo menos, trazer clareza à discussão académica” (Lawson, 2013, p. 952).

### **3.2. Economia neoclássica de Veblen**

Na sua missão pela clarificação do termo “neoclássico”, Lawson começou por reexaminar os objetivos de Veblen na formulação inicial do termo e identificar o seu propósito.

Veblen teve a preocupação de identificar os “motivos de finalidade” das contribuições económicas, isto é, as conceções de formulações científicas consideradas corretas e a norma pela qual as análises que as seguem podem ser consideradas completas. Deste modo, Veblen (1899, p. 121) apresenta duas conceções de ciência:

- a que denomina de ciência “taxonómica” (“a economia transmitida pelos grandes escritores de uma geração passada”); e
- a “evolucionista” (“moderna”).

Para Veblen, uma ciência taxonómica é uma ciência das normalidades, que sustenta e fundamenta o curso dos acontecimentos. Esta contrasta com uma orientação histórica ou evolucionista para a ciência, que pressupõe uma sequência causal cumulativa. No último caso, qualquer evento é sempre causado por algo que aconteceu antes dele, mas que não está em conformidade com alguma regularidade ou padrão pré-ordenado.

Veblen observa que o cientista evolucionário “não está disposto a afastar-se do teste da relação causal ou da sequência quantitativa, perguntando “porquê?” e procurando uma resposta em termos de causa e efeito” (Veblen, 1898, p. 377). Já para o economista taxonómico “esse fundamento de causa e efeito não é definitivo (...) pelo contrário, o termo final na sistematização do conhecimento é algo como uma “lei natural”, ou uma associação de fenómenos, uma generalização empírica, ou possivelmente uma correlação considerada “natural” ou “normal”, sendo as exceções consideradas como fatores perturbadores” (Veblen, 1898, p. 377). Neste sentido, o autor interpreta como taxonómicas as linhas da economia até ao momento em que escreve, incluindo as classificadas como clássicas: “a ordem que foi experimentada na vida social foi interpretada como pré-ordenada e externa aos acontecimentos que se desenrolam”, como é o caso do fenómeno de “mão invisível” introduzido por Adam Smith (Veblen, 1898, p. 377).

No entanto, estas concepções de normalidade da economia clássica foram influenciadas pelas ciências modernas e, no final do século XIX, a disciplina começa a experimentar uma mudança em direção a uma ciência evolucionária, onde se vai notando a dissolução destes pre-conceitos animistas, como o da mão invisível, que são externos e não pertencem à esfera humana.

Para se referir a este processo evolutivo, Veblen recorre a expressões como “economia modernizada” ou “quase clássica” e acaba por introduzir o termo “neoclássico”, como reflete Lawson (Lawson, 2013, p. 265). Ao substituir o termo “modernizado” por “neo” na qualificação de “clássica”, Veblen indica que considera os termos equivalentes. No entanto, identifica neste projeto aquilo que considera uma contrastante nova “espécie de economistas”, que manifesta uma adaptação à abordagem evolutiva. Apesar de “peculiarmente próximos da fonte clássica”, diferenciam-se dos seus antecessores clássicos por estarem conscientes e orientados para o pensamento evolucionário: “esta nova espécie mostra uma adaptação inconfundível aos hábitos posteriores de pensamento e métodos de conhecimento” (Veblen, 1900, p. 261).

Veblen ilustra esta nova “estirpe” de economistas, referindo dois dos seus criadores: o filósofo da ciência John Neville Keynes e o economista Alfred Marshall. Contudo, acrescenta que “mesmo Keynes e Marshall são incapazes, na prática, de romper com o ideal taxonómico da ciência, particularmente ao nível do método, e isso impede a realização de um relato da génese e continuidade do desenvolvimento de tais fenómenos” (Veblen, 1900, p. 265). Ou seja, apesar de Veblen observar que Marshall se ocupa em investigar a natureza das instituições e está disposto a incorporar *insights* do pensamento evolucionário, na prática, assume que o carácter taxonómico é dominante e estes economistas não conseguem uma rutura com a taxonomia. Assim, a “abordagem taxonómica que tipifica a escola clássica sobrevive, mesmo nos escritos de Keynes e Marshall” (Veblen, 1900, p. 265).

### **3.3. Análise de Lawson: tensão entre método e ontologia**

Neste âmbito, Lawson comenta que o pensamento evolutivo é bastante superficial e que esta “espécie” de economistas característica do pensamento neoclássico representada por Keynes e Marshall é escolhida para ilustrar que, mesmo estando mais adaptada e consciente e “exemplificando o melhor trabalho que está a ser feito sob a orientação dos antecedentes clássicos”, acaba por falhar em ultrapassar a ciência taxonómica ao nível do método (Lawson, 2013, p. 968).

À luz do capítulo 2.1., Lawson conclui que as contribuições de Keynes e Marshall representam uma tensão: “uma incoerência entre método e ontologia, mais precisamente entre os pressupostos ontológicos do método taxonómico e uma ontologia social causal-processual” (Lawson, 2013, p. 968). É precisamente esta inconsistência que Lawson considera “a essência da economia neoclássica, segundo Veblen” (Lawson, 2013, p. 969). Por outras palavras, para o autor, a característica que define a economia neoclássica é um cruzamento inconsistente do antigo e do moderno: “a consciência da mais nova metafísica da causalidade processual cumulativa, combinada com uma falha em romper com métodos da antiga visão taxonómica da ciência que estão em tensão com esta ontologia moderna” (Lawson, 2013, p. 969).

Assim, com apoio de Lawson, podemos concluir que, para Veblen, os economistas neoclássicos são clássicos na sua aceitação de uma orientação taxonómica da ciência que “não depende do desígnio de Deus e de fenómenos animistas”, mas mantêm uma posição taxonómica ao nível do método (Lawson, 2013, p. 969). Como, contudo, a nível ontológico, os economistas neoclássicos revelam uma adaptação inconfundível aos pontos de vista das ciências evolucionárias, Veblen distinguiu-os com o qualificador “neo”. Assim, sintetizando, apesar de Veblen ver Marshall e Keynes como os contribuintes mais avançados cientificamente, não considera que tipifiquem a economia neoclássica, pois “apesar do ar de evolucionismo, mesmo estes não escapam à herança taxonómica clássica” (Lawson, 2013, p. 969).

Os economistas neoclássicos de Veblen caracterizam-se por reconhecerem o mundo social como histórico e processual, mas tratam-no usando métodos taxonómicos (sob a forma de dedutivismo): ou seja, “estes economistas neoclássicos abordam a análise da realidade social armados com ferramentas inadequadas” (Lawson, 2013, p. 972). Para Lawson, a economia neoclássica de Veblen fica, então, aquém dos “métodos determinantes que são apropriados para abordar a natureza causal-processual da realidade social que os seus praticantes reconhecem amplamente” (Lawson, 2013, p. 972).

Dado o exposto, segundo Lawson, Veblen esperava que a economia neoclássica se revelasse insustentável, uma vez que se baseia numa inconsistência. Com efeito, o autor assegura que Veblen considerava que as ciências sociais e políticas já estavam envolvidas em processos que conduziam ao crescimento da ciência evolucionária, ou de qualquer forma de ciência baseada numa ontologia de processos causais. Este desenvolvimento teria implicado a morte relativa das abordagens taxonómicas. Contudo, Veblen não poderia prever que a taxonomia, sob a forma de dedutivismo, iria adquirir uma nova forma de vida através de desenvolvimentos no campo da matemática.

Desde o Iluminismo, vários economistas têm procurado matematizar o estudo da economia e, mesmo antes dos primeiros anos do século XX, os economistas sentiam pressões de cientistas naturais e pares influentes para aderirem aos procedimentos das ciências naturais. Assim, no início do século XX, começou a dar-se uma ênfase acrescida à matemática que, especialmente através do trabalho de David Hilbert, se tornou uma disciplina preocupada em “fornecer um conjunto de estruturas para possíveis realidades” e deixou de ser vista como a linguagem de natureza não social. Acabou, assim, por deixar de ser necessário “considerar a natureza da realidade social para a construção do modelo económico” (Lawson, 2013, p. 973).

Deste modo, o dedutivismo, através da transformação em dedutivismo matemático, veio a adquirir um novo impulso na economia. “Os praticantes potencialmente alheios a qualquer inconsistência entre os pressupostos ontológicos de adotar uma ênfase de modelação matemática e a natureza da realidade social” fizeram culminar na situação que encontramos no presente, como já referido na secção anterior e que será analisado através de outras perspectivas nas próximas (Lawson, 2013, p. 974).

#### **4. Evolução da Ciência Económica como ciência prática e útil**

Após esclarecida a origem e o significado do termo “neoclássico”, será dada continuidade ao roteiro histórico que visa demonstrar como esta “escola” económica se foi manifestando e evoluindo, convertendo-se numa ciência útil.

Blaug tece novas críticas à economia ortodoxa, numa linha diferente da de Lawson, relacionadas com a praticidade e o poder preditivo da ciência económica.

Na sua obra, faz uma análise histórica a fim de perceber a origem dos problemas que deteta e dá-nos acesso a novas visões e explicações sobre o estado da ciência económica no presente.

##### **4.1. Blaug e o sentido prático da economia**

Blaug começa por refletir sobre a crise da economia moderna que, como já demonstrado, tem movido as discussões académicas. O autor refere que, se na década de 1960 a estima pública pela economia e a euforia profissional dos economistas se encontrava no auge, os anos 70, contrariamente, foram marcados pelas palavras “crise”, “revolução” e “contrarrevolução”.

As hipóteses económicas podem ser julgadas “pela sua coerência, pelo seu poder explicativo, pela sua plausibilidade e, em última análise, pela sua capacidade de previsão” (Blaug, 1997b, p. 8). Para Blaug, os economistas devem estar, exatamente, preocupados com a capacidade de previsão, que permite perceber se as teorias “são verdadeiras e captam realmente o funcionamento do sistema económico, independentemente dos nossos desejos e preferências intelectuais”. Assim, na sua perspetiva, a fraqueza central da economia moderna é “a resistência em produzir teorias que originem implicações inequivocamente refutáveis, seguida de uma relutância geral em confrontar essas implicações com os factos” (Blaug, 1992, p. 238).

Para melhor ilustrar o seu ponto de vista, este autor chama a atenção para a preocupação, desde 1945, do que ele considera “alguns dos melhores cérebros da economia moderna” com a teoria do crescimento “esotérica”, quando os próprios “praticantes da arte” reconhecem que esta teoria ainda “não é capaz de lançar qualquer luz sobre as economias reais que crescem ao longo do tempo” (Blaug, 1992, p. 238). Apesar de salientar que não considera a teoria do crescimento “simplesmente uma perda de tempo”, dadas as suas limitações práticas, e uma vez que nada acrescenta à disciplina, o autor questiona a magnitude dos recursos intelectuais para ela direcionados (Blaug, 1992, p. 238).

Por outras palavras, com este exemplo, Blaug visa argumentar que o objetivo central da economia é prever e não apenas compreender. Esta perspetiva contrasta totalmente com a visão de Lawson que, como comentado na secção 2, rejeita o papel fulcral atribuído à capacidade de previsão das ciências. Assim, apesar de, para Lawson, a previsão não ser o objetivo primordial das ciências, mas sim a compreensão dos fenómenos, para Blaug, a capacidade preditiva é fundamental e não se justifica a alocação de tantos recursos a ocupações que não contribuem para melhorar esta característica.

Nesse sentido, alega que apenas a Teoria do Equilíbrio Ortodoxo e Intemporal (que designa como SRP neoclássica) regista progressos na capacidade preditiva: “a economia ortodoxa pode, de facto, gabar-se de ter aumentado a capacidade do economista para fazer previsões” (Blaug, 1992, p. 246). O autor enfatiza, contudo, o quão limitada é esta característica: “não podemos prever com precisão o crescimento do PNB numa economia com mais de um ano de antecedência e nem sequer podemos prever o crescimento do PNB em sectores individuais da economia para além de dois ou três anos” (Blaug, 1992, p. 246). Ou seja, apesar de se manifestar uma melhoria em relação à “mera extrapolação mecânica das tendências passadas”, não é suficiente para “apoiar a complacência sobre o estado da economia moderna e ortodoxa” (Blaug, 1992, p. 247).

O autor chama, deste modo, a atenção para as limitações que existem na capacidade de os economistas preverem o curso real dos eventos económicos, que se traduz no “ceticismo em relação à economia convencional” que domina a sociedade contemporânea. Já Lawson, como visto na secção 2, argumenta que estas limitações se devem aos sistemas abertos característicos das ciências sociais que, como estão sujeitos a perturbações, tornam impossível a possibilidade de previsão. Assim, enquanto Lawson atacou o dedutivismo e argumentou que o formalismo matemático da teoria ortodoxa é válido apenas em situações raras e excecionais (sistemas fechados), Blaug critica o formalismo por dissociar a ciência económica de questões práticas: “[na economia moderna] o rigor analítico é tudo e a relevância prática não é nada” (Blaug, 1997b, p. 3).

A fim de perceber como se chegou a este estado, Blaug analisa a história e evolução da ciência económica. Começa por refletir que Senior, Stuart Mill, Jevons, Marshall, Keynes e Pareto, apesar de enfatizarem outros assuntos, nunca negaram que *explicar* é, em última análise, *prever o que poderá acontecer*. Esta visão, para além de, como referido, se distinguir da de Lawson, vai ao encontro da de Friedman, que será apresentado posteriormente. Por enquanto, será

analisada a perspectiva metodológica dos economistas clássicos e neoclássicos, com o apoio de Backhouse (2002).

## **4.2. Perspetiva da Economia Clássica**

Desde os primórdios da economia clássica de Adam Smith que a ciência económica, segundo Blaug, tem consistido na “manipulação de pressupostos abstratos derivados da introspeção e de observações empíricas casuais, que dão origem a teorias como objetivo de prever acontecimentos no mundo real” (Blaug, 1997a, p. 697).

No fundo, tal deve-se ao facto de os economistas sempre terem considerado a sua disciplina como uma ciência, cujo objetivo, segundo Blaug, deve ser gerar previsões precisas e interessantes, capazes de serem empiricamente falsificadas. Na prática, porém, o autor reconhece que os economistas acabaram por “perder de vista este objetivo científico” e a história da economia ficou repleta de definições e teorias tautológicas, “formuladas de forma a desafiar os esforços de falsificação” (Blaug, 1997a, p. 697), como será explorado.

Backhouse (2002) comenta que a economia política clássica compreendia uma grande variedade de teorias e ideias, “mantidas pelas suas raízes comuns adaptadas da obra “A Riqueza das Nações”, de Adam Smith” e ligadas a questões de política económica (Backhouse, 2002, p. 164). No final do século XIX, no entanto, começou a tornar-se claro que a teoria clássica estava a ficar desatualizada, pois os economistas da época, como Mill, apesar de tudo, “não tinha[m] ferramentas analíticas adequadas para enfrentar os problemas do monopólio”, por exemplo (Backhouse, 2002, p. 165).

A morte de Ricardo, economista clássico defensor do modelo hipotético-dedutivo de explicação e da ideia que “a economia é uma ciência, não pelos seus métodos de investigação, mas pela certeza dos seus resultados”, em 1823, tinha já dado origem a um período de controvérsia intelectual (Blaug, 1992, p. 54). Na visão de Blaug (1992, p. 54), tal permitiu que se gerassem “esclarecimentos metodológicos” numa fase crítica da economia política inglesa, uma vez que economistas como Nassau Senior se aperceberam da necessidade de formular os princípios que regiam os métodos de investigação dos economistas políticos. Senior foi, então, o primeiro autor a publicar uma “discussão autoconsciente sobre os problemas da metodologia económica” (Blaug, 1992, p. 51). John Stuart Mill, Cairnes e Keynes, assim como os seus antecessores Adam Smith, David Ricardo e Thomas Malthus, também tinham princípios metodológicos, no entanto, não viram “necessidade de os declarar explicitamente, considerando-os talvez demasiado óbvios para exigirem defesa” (Blaug, 1992, p. 52).

Estas preocupações metodológicas acabaram por levar a uma evolução na ciência económica, que se começou a profissionalizar.

### **4.3. Profissionalização (e consequente matematização) da Economia**

Nas últimas décadas do século XIX, a economia profissionalizou-se na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos e os académicos passaram a especializar-se em assuntos económicos. Backhouse nota que na Europa continental estas alterações tinham já ocorrido mais cedo, mas foi neste século que a ideia do “cientista” foi estabelecida e deixou de se referir à ciência económica como “filosofia natural” (Backhouse, 2002, p. 167). Aumentou-se, assim, o fosso entre ciência e filosofia, o que teve repercussões na economia: “as pessoas com formação em ciências naturais voltaram-se para a economia” e procuraram adaptar as realizações da física, que é considerada a ciência de maior sucesso (Backhouse, 2002, p. 167).

Neste sentido, o uso da matemática tornou-se mais comum, na tentativa de aumentar o prestígio da disciplina, tornando-a similar à física. Simultaneamente, também ocorreram várias outras mudanças, dando-se, nomeadamente, um maior enfoque no comportamento individual. Segundo Backhouse foi-se, assim, afastando dos temas clássicos do desenvolvimento a longo prazo e concentrou-se em problemas mais restritos.

O britânico Jevons foi dos principais defensores da ideia que a economia é “intrinsecamente matemática”, uma vez que aborda quantidades e os dados numéricos abundam na disciplina. Assim, segundo Backhouse, para Jevons, o estabelecimento da economia como uma ciência estava estreitamente ligado à medição exata das quantidades económicas. Embora os sentimentos e os motivos não pudessem ser medidos diretamente, Jevons defendia que era possível medi-los indiretamente: “os bens que alguém compra ou vende dependerão de comparações do prazer a obter de vários bens, o que significa que os prazeres comparativos podem ser medidos através da observação do comportamento no mercado” (Backhouse, 2002, p. 169).

Walras também se preocupou em tornar a economia científica e tentou matematizá-la. Backhouse considera que desenvolveu muitos dos mesmos resultados que Jevons, relativamente ao comportamento dos consumidores e à determinação dos preços em mercados competitivos, no entanto, partiu da noção de que o valor dependia da escassez, medindo-a em termos daquilo a que chamou *rareté*, isto é, “a intensidade da última vontade satisfeita” (Backhouse, 2002, p. 170). Assim, Backhouse assevera que, enquanto Jevons analisou os mercados em termos de trocas entre dois indivíduos (permitindo a concorrência com outros

operadores potenciais), Walras concentrou-se num mercado organizado em que os agentes enfrentavam um preço de mercado. Backhouse afirma ainda que, nesta situação, um indivíduo decidiria quanto de cada mercadoria desejava comprar ou vender, o que levou Walras a construir curvas de procura e oferta, relacionando as compras ou vendas desejadas com o preço: “à medida que o preço aumenta, também aumenta a oferta e a procura diminui” (Backhouse, 2002, p. 170). O mercado estaria em equilíbrio quando as duas noções fossem iguais e se encontrassem.

A principal diferença entre os dois economistas, como explica Backhouse, foi que Walras discutiu o problema do equilíbrio de vários mercados. Isto é, analisou o problema através da forma como os preços são estabelecidos num grande número de mercados ao mesmo tempo. Assim, chegou a um modelo matemático (um conjunto de equações simultâneas) que descrevia uma “economia em que tudo dependia de tudo o resto” (Backhouse, 2002, p. 171). Dada a complexidade do conjunto de equações e o nível muito abstrato da sua análise, Walras limitou a sua atenção, procurando mostrar que o seu conjunto de equações tinha uma solução e que existia um conjunto de preços e quantidades que satisfazia todas as suas equações. Esta é a noção da existência de equilíbrio, que é conseguido mostrando que o número de equações é igual ao número de incógnitas (os preços e quantidades). Por outro lado, Backhouse acrescenta que Walras procurou também mostrar que a solução para o seu conjunto de equações era estável no sentido em que, “se a economia começasse com qualquer conjunto arbitrário de preços, acabaria com a secção de preços que satisfizesse as suas equações” (Backhouse, 2002, p. 171). Este é o problema do equilíbrio de estabilidade. O método de Walras exigia que se a oferta de uma mercadoria excedesse a procura, o preço da mercadoria cairia, assim como aumentaria se a procura fosse superior à oferta.

#### **4.4. Falhas da Economia Neoclássica**

Foi partindo desta noção de equilíbrio multimercado de uma economia centralizada que Arrow e Debreu, em 1954, publicaram um artigo que Blaug considera que “marca o início do que, desde então, se tornou um crescimento cancerígeno no centro da microeconomia” (Blaug, 1997b, p. 3).

Apesar de o documento exigir algumas suposições que violavam claramente a realidade económica, Arrow e Debreu não conseguiram provar que um equilíbrio geral é “estável no sentido de que é, efetivamente, alcançado a partir de qualquer posição que conhecemos” (Blaug, 1997, p. 3). Em suma, Blaug afirma que a prova Arrow-Debreu está mais ligada com a lógica

matemática do que com a economia. Como não permite chegar a previsões razoáveis e verdadeiras, a Teoria do Equilíbrio Geral, apesar de “intocável”, deve ser considerada com “profunda desconfiança” (Blaug, 1997b, p. 8).

Contudo, o artigo rapidamente se tornou um modelo daquilo que os economistas deveriam visar como cientistas modernos, pois não se aperceberam que Arrow e Debreu abandonaram a visão que originalmente tinha motivado Walras (para este último, a “Teoria do Equilíbrio Geral era uma descrição abstrata mas realista do funcionamento de uma economia capitalista e estava, portanto, mais preocupado em mostrar que mercados irão compensar automaticamente através de ajustamentos de preços em resposta a um excesso de procura (...) do que em provar que um conjunto único de preços e quantidades é capaz de compensar todos os mercados simultaneamente”) (Blaug, 1997b, p. 3).

No entanto, com Arrow e Debreu a Teoria do Equilíbrio Geral deixou de fazer qualquer afirmação descritiva sobre sistemas económicos reais e tornou-se um “aparelho puramente formal sobre uma quase-economia” (Blaug, 1997b, p. 3). Isto é, todos os fatores que originam crescimento, como “a expansão dos desejos, o crescimento da população, o progresso técnico e até a própria passagem do tempo, estão arquivados com o rótulo de *ceteris paribus*” (Blaug, 1997a, p. 700). Blaug refere, ainda, que apesar de o sistema das restantes variáveis endógenas terem uma solução única e estável de equilíbrio, este era atingido através de um “salto ousado a partir de qualquer ponto de partida inicial”, afastando os distúrbios criados pelo comércio de desequilíbrios (Blaug, 1997a, p. 700).

Por outro lado, o autor sugere, ainda, que é necessário que os economistas se “desencantem da ideia de que as previsões económicas devem ser de carácter quantitativo para se qualificarem como previsões científicas” (Blaug, 1997a, p. 701). Na verdade, as previsões da maioria dos modelos económicos são de natureza qualitativa e não quantitativa, isto é, especificam as direções de mudança das variáveis endógenas em consequência de uma mudança nas variáveis exógenas, sem pretenderem prever a magnitude numérica da mudança. Por outras palavras, Blaug defende que a economia neoclássica deve estar relacionada com os sinais de derivados parciais de primeira e segunda ordem. Este procedimento denomina-se “cálculo qualitativo” e consiste exatamente na tentativa de prever direções de mudança sem especificar ou quantificar a amplitude da mudança.

Blaug refere, porém, que a simples presença de uma solução de equilíbrio para um modelo estático comparativo não garante que possamos aplicar o “cálculo qualitativo”. Ou seja, por exemplo, sempre que os efeitos de substituição e rendimento funcionam em direções

opostas, o resultado depende de magnitudes relativas e, portanto, de mais do que as condições de primeira e segunda ordem para um máximo. Blaug reflete que podemos, assim, concluir que não se pode aplicar o método do “cálculo qualitativo” a muitas teorias neoclássicas, que estão vazias desse ponto de vista a não ser que sejam alimentadas com fatores adicionais para restringir ainda mais as funções relevantes.

Deste modo Blaug assegura que se existe algo como ““pecado original” na metodologia económica, é a adoração do ídolo do rigor matemático inventado por Arrow e Debreu, em 1954”, o que o leva a concluir que “agora compreendemos quase menos como funcionam os mercados reais do que Adam Smith ou mesmo Léon Walras” (Blaug, 1997b, p. 4).

Também a macroeconomia, que se preocupa mais com os problemas práticos se tem revelado, nos últimos, uma “vítima de um formalismo vazio” (Blaug, 1997b, p. 9).

#### **4.5. O que fazer?**

“Para onde partimos? Há alguma forma de regressar a um tipo de economia relevante para a política e prática de resolução de problemas que era a norma nos anos 40, 50 e por volta dos anos 60?”, questiona Blaug (1997b, p. 7). Para o autor, a resposta a estas questões está nas mãos dos académicos atuais. A história da economia revela que os economistas reivindicam a validade dos resultados das suas teorias e das suas previsões, tendo por base séries intrincadas de definições ou juízos de valor disfarçados de regras científicas. Visto que não existem regras simples para distinguir teorias válidas de inválidas, nem relevantes de irrelevantes, Blaug alega que a única forma de nos tornarmos plenamente conscientes desta tendência é estudando a história da ciência económica, o que reforça a metodologia optada para a elaboração esta dissertação.

## 5. Racionalização da economia neoclássica

Se, por um lado, como referido, há autores que defendem que a economia neoclássica derivou da clássica, embora com as suas adaptações, também há autores um pouco mais radicais nas suas críticas, como Schumpeter ou Mirowski, que optaram por uma rutura histórica. Este último, por exemplo, argumenta que a teoria neoclássica se trata de uma metáfora que nasceu de uma réplica do modelo de outra ciência, a física, enquanto que o primeiro racionaliza e prevê a autodestruição do capitalismo. Ambos os autores optam por uma racionalização da realidade e da teoria neoclássica, dando-nos explicações sociológicas para o seu estado atual, pelo que é interessante analisar as suas obras.

### 5.1. Schumpeter e o capitalismo

Schumpeter é caracterizado, no prefácio da edição portuguesa de “Capitalismo, Socialismo e Democracia”, cujo original foi publicado em 1942, como “o académico mais radical do século XX na disciplina de economia” (Schumpeter, 2010, p. 1).

Influenciado pela obra de Walras, mas afastando-se da sua perspetiva de que a economia é “passiva e meramente adaptativa”, Schumpeter interessou-se pela formulação matemática e econométrica das questões económicas (Graça Moura, 2018). Assim, optou por conceber modelos económicos para explicar a realidade, racionalizando-a, contudo, não seguiu o modelo neoclássico.

O seu percurso é muitas vezes comparado ao de John Maynard Keynes, visto que foram os economistas mais influentes do século XX mas, apesar dos seus nascimentos distarem apenas alguns meses, acabaram por defender perspetivas diferentes. Keynes debruçou-se sobre a economia clássica, dando continuidade às teorias de equilíbrio económico de Ricardo de 1810, que dominaram o século anterior e se sustentavam num sistema estático e fechado. Enquanto este reformulou com as novas perspetivas a visão de Ricardo, Mill e Marshall, Schumpeter via a economia moderna como um “desequilíbrio dinâmico”, em constante crescimento e mudança (Drucker, 1999, p. 2). Assim, considerava as respostas Keynesianas erradas, uma vez que apenas eram válidas para casos especiais e bastante restritos (nomeadamente, sistemas fechados). Schumpeter (1981) recorre, ainda, à expressão “Vício Ricardiano” para criticar David Ricardo por empregar pressupostos demasiado simplificados, assim como tratar algumas variáveis como dadas e constantes, quando na realidade são desconhecidas.

Para Schumpeter, a teoria de Ricardo foi um completo fracasso e as suas propostas económicas desprovidas de qualquer sentido histórico e social, daí ter optado por uma rutura.

Deste modo, é pertinente examinar a bibliografia de Schumpeter, uma vez que, apesar de não ter fundado uma escola ou sistema teórico definido, é um autor “radical” com uma visão alternativa à maioria dos seus antecessores, contemporâneos e sucessores. Especialmente distinto e digno de nota é o seu contributo político relacionado com o futuro do capitalismo, que fornece um ponto de partida para a análise sociológica da relação entre a economia e a sociedade e que nos permite, através da sua racionalização, obter uma explicação para o uso da teoria neoclássica.

O economista vê o capitalismo como um fenómeno de produtividade e evolução, e atribui-lhe praticamente todo o progresso científico e cultural dos dois séculos anteriores. Argumenta, no entanto, que as condições sociais e económicas que surgiram como resultado dos seus êxitos, não dos defeitos, o tornaram um anacronismo. Assim, Schumpeter (2010) surpreende os seus pares ao antecipar o inevitável triunfo do socialismo e o consequente desaparecimento do capitalismo: “Pode o capitalismo sobreviver? Não, penso que não pode (...) o próprio êxito do capitalismo mina as instituições sociais que o protegem e, inevitavelmente, cria condições em que não lhe será possível sobreviver, apontando claramente para o socialismo como o seu herdeiro legítimo” (Schumpeter, 2010, p. 61). O autor clarifica que a queda do capitalismo se irá verificar caso os seus líderes continuem a agir como até então, dadas as condições estruturais para o seu desenvolvimento. Assim, sustenta que as ideias liberais dominantes conduzirão ao aprofundamento de uma recessão, explorando como as empresas operam no sistema capitalista (ideia de destruição criativa e competição), ou seja, o capitalismo seria destruído pela própria democracia que tinha ajudado a criar. Duckler argumenta que o governo, para ser popular numa democracia e aumentar as chances de ser reeleito, tenderia, cada vez mais, a deslocar a renda do produtor para o não-produtor, direcionando-a de onde seria poupada, para onde será consumida. O governo estaria, assim, sob crescente pressão inflacionista, tendo Schumpeter antecipado que essa inflação destruiria tanto a democracia quanto o capitalismo.

Segundo Graça Moura (2018, p. 13), a obsolescência da função empreendedora, associada à democracia e ao capitalismo, pode ser vista como uma manifestação de um “processo racionalizador”.

Schumpeter explica que “racionalizar” é fornecer uma relação que satisfaça o nosso padrão de valores e esta atitude “impôs-se na mente humana principalmente por necessidade

económica”, dado que esta “é a tarefa económica quotidiana à qual nós, como raça, devemos a nossa formação elementar em pensamento e comportamento racionais”. Acrescenta que “toda a lógica deriva do padrão da decisão económica ou, para usar uma frase de estimação, que o padrão económico é a matriz da lógica” (Schumpeter, 2010, p. 122). Ou seja, o autor vê a racionalização como fundamental para a civilização capitalista, tendo-se esta desenvolvido principalmente devido à pressão económica e pragmática.

O capitalismo moderno não causa diretamente a racionalização, mas promove-a, uma vez que este constitui “a força propulsora da racionalização do comportamento humano” (Schumpeter, 2010, p. 125). Por sua vez, a atitude racionalizadora expande-se da esfera económica para outras esferas da sociedade, o que leva Schumpeter a afirmar que “todas as características e realizações da civilização moderna são direta ou indiretamente, produtos do processo capitalista” (Schumpeter, 2010, p. 125). Assim, a racionalidade que permeia o sector económico, influencia e afeta tudo, “desde a perspectiva do homem sobre a vida até aos seus conceitos de beleza e justiça. Até mesmo as suas ambições espirituais são afetadas pela propensão racionalizadora” (Schumpeter, 2010, p. 124).

Schumpeter (2010, p. 120) analisa a componente cultural da economia capitalista, isto é, a “sua superestrutura sócio-psicológica” e a mentalidade que é característica da sociedade capitalista e, em particular, da classe burguesa, apercebendo-se que “o capitalismo desenvolve a racionalidade” também através da exaltação da unidade monetária (Schumpeter, 2010, p. 123). A importância do dinheiro nos sistemas capitalistas facilita os cálculos racionais de custo-lucro que, na visão de Schumpeter, definem numericamente a racionalidade.

Segundo o autor, isto significa que o capitalismo produz os meios e a vontade de difundir a racionalidade capitalista, acelerando-a, através do sucesso capitalista nas mudanças institucionais para o benefício das massas, uma vez que as políticas e leis concebidas para promover o bem-estar social facilitam, assim, a capacidade de agir racionalmente.

Deste modo, Schumpeter proporciona “uma visão de como a economia evolui como resultado de respostas criativas e adaptativas, que também transformam a esfera institucional” (Graça Moura, 2018, p. 16).

Ou seja, em suma, o capitalismo conduz a um aumento do racionalismo que acabará por destruir a civilização capitalista, fazendo a função empresarial definhar. Os estratos protetores do capitalismo, como a propriedade privada, ou o velho sentido de família, por exemplo e a “estrutura burguesa” (Schumpeter, 2010, p. 131) estão a desaparecer: “a atitude racionalista destrói as tradições pré-capitalistas” (Graça Moura, 2015, p. 11). Esta visão de

racionalização do capitalismo, que gera, consequentemente, racionalização da teoria neoclássica, acaba por constituir uma explicação para a aceitação da teoria económica atual: “a “racionalização” faz agora parte da visão de que o sistema capitalista funciona razoavelmente bem - e “para as massas” - mesmo que haja margem para a melhorar” (Graça Moura, 2015, p. 28).

Na verdade, o facto de o autor descrever a economia neoclássica com um “fluxo circular”, sem desenvolvimento e num estado de equilíbrio permanente, leva-o a defender que a ciência económica deve explicar e prever processos específicos e os seus resultados: [as teorias são] “meros instrumentos ou ferramentas enquadradas com o objetivo de estabelecer resultados interessantes” (Schumpeter, 1981, p. 14). Assim, a economia neoclássica fornece o quadro apropriado para analisar as leis que governam o subsistema económico da sociedade num estado de equilíbrio. Para fins meramente analíticos, e enquanto o sistema económico mudar apenas em resposta a desenvolvimentos exógenos tais como catástrofes naturais ou guerras, que requerem adaptação a um novo ambiente, as limitações da economia neoclássica não colocam qualquer problema.

## **5.2. Mirowski e a “inveja da física”**

Uma perspetiva que também vê a ciência económica como uma racionalização é apresentada por Mirowski, que vai mais longe ao considerar que, na verdade, a teoria neoclássica é uma metáfora que derivou de uma réplica acrítica do modelo da física.

Para o autor, esta teoria, foi ““descoberta” simultaneamente por um Inglês (W. Jevons), um Francês (L. Walras) e um Austríaco (C. Menger)” e rapidamente acabou por se tornar “o padrão académico no ensino (...) e pesquisa” (Mirowski, 1989, p. 193). Assim, entende a teoria económica neoclássica “como uma rutura brusca e severa com as doutrinas características da teoria clássica do valor, que, posteriormente, implicou revisões extensivas na maioria das outras áreas da teoria económica” (Mirowski, 1989, p. 195).

Este autor argumenta que a disciplina tem sido, desde sempre, controlada por uma metáfora que serve para “racionalizar o mundo físico e social” (Mirowski, 1989, p. 165). Neste caso, a metáfora teve origem na física, uma vez que a maioria dos economistas vê a sua disciplina como uma ciência e a física é, como já referido, das ciências mais bem desenvolvidas e conceituadas. Assim, os economistas decidiram inspirar-se nela e replicar o seu modelo, seguindo a máxima “os economistas gostam da física. Talvez até mais do que da própria economia” (Udland, 2016).

A tese defendida por Mirowski é que a física acabou por determinar em detalhe a substância da teoria económica até ao presente. Deste modo, a única maneira de compreender plenamente a teoria de valor da economia é situá-la no contexto metafórico de energia, movimento, corpo e valor, e considerá-la como parte das mesmas estruturas que regem a física. Mirowski idealiza este complexo metafórico como uma pirâmide triangular, com “energia” no vértice do topo e “movimento”, “corpo” e “valor”, nos vértices da base.

Mirowski chega, assim, à conclusão que o facto de a economia neoclássica ser moldada por perceções e formalismos emprestados da física de meados do século XIX a torna suscetível a críticas, não só porque é derivada da física, mas também por estar desatualizada, visto que a última evoluiu, e desenvolveu novas metáforas, e a economia permaneceu estanque. Este revela-se, para Mirowski, o problema central.

Dado que toda a economia, desde o mercantilismo, esteve envolvida na elaboração desta estrutura metafórica, Mirowski argumenta que “a continuidade fundamental do pensamento económico entre a economia clássica e neoclássica não deriva do *laissez-faire* ou de tradições utilitárias (que não eram corolários necessários da economia clássica ou neoclássica), mas sim da expansão do *simplex* corpo/movimento/valor e do impulso que isso implica para imitar a teoria física” (Mirowski, 1989, p. 197). O autor alega ainda que, em vez de imitarem a física de forma desordenada ou superficial, estes neoclássicos copiaram integralmente os seus modelos e símbolos: “os progenitores da teoria económica neoclássica copiaram corajosamente as teorias físicas dominantes na década de 1870” (Mirowski, 1989, p. 3).

Os primeiros economistas neoclássicos, argumenta Mirowski, substituíram a energia pela utilidade, o que lhes permitiu apropriarem-se da matemática. A caracterização da economia como a maximização simultânea das funções de utilidade sujeitas a restrições orçamentais é análoga aos formalismos da física, sendo o fio condutor do crescimento da física moderna os princípios de conservação que, genericamente, exigem que uma quantidade de energia ou massa se mantenha constante num dado sistema. Os economistas traduziram diretamente os modelos da física para linguagem económica. Assim, se a álgebra for seguida, a soma do equivalente da energia cinética (despesa) com a energia potencial (utilidade) teria de ser conservada em quantidade, o que, como alerta Mirowski, não faz sentido, visto que despesa e utilidade não têm as mesmas dimensões. Neste caso, a metáfora é incompleta e Mirowski aproveita para criticar a economia neoclássica, visto que esta não explora as implicações completas da metáfora energética. Adota-a, simplesmente, de maneira acrítica e irrefletida.

A bibliografia de Mirowski ajuda-nos a perceber ainda que alguns economistas neoclássicos, não compreenderam a questão, enquanto outros se esforçaram por encobrir este problema, tal como também foi sugerido por Lawson. Desde a década de 1890, os físicos desenvolveram novas metáforas, enquanto que os economistas se mantiveram ligados a uma baseada em física desatualizada, incapazes de desenvolverem novas metáforas. Mirowski documenta, assim, que economistas como Walras e Jevons trouxeram emprestada uma metáfora já totalmente explorada. Por outro lado, o autor distingue Carl Menger como um dos marginalistas pioneiros, uma vez que também este rejeita a imitação da física e, como tal, “não pode ser considerado um economista neoclássico” (Mirowski, 1989, p. 161).

Em suma, as críticas e falhas da ciência económica derivam do facto de esta ciência ter sido fundada numa tentativa de replicar o modelo energético da física, de final do século XIX, sem, verdadeiramente, se perceber as consequências deste processo. Segundo Mirowski, a ideia original seria dar prestígio à ciência económica, dando-lhe um estatuto privilegiado entre as ciências sociais e tonando-a uma ciência bem-sucedida. Ao ser parecida com as ciências naturais (em particular, a física), também a ciência económica seria dotada de algum tipo de valor científico: “as aparências contam muito” (Lash & Dragos, 2016, pp. 3 - 4).

Deste modo, o autor realça novamente o quão importante é ter noção das conceções e da evolução das ciências que se estuda. A perspectiva histórica ajuda a melhor compreender as falhas apresentadas no presente, pelo que, como refere Mirowski, citado por Lash & Dragos, “os economistas neoclássicos não podem desejar afastar totalmente as suas origens” (2016, p. 4).

## 6. Defesa da teoria vigente

Nas secções anteriores foram analisadas algumas críticas à teoria ortodoxa (neoclássica). Partindo-se da constatação que a “economia não está saudável”, abordaram-se diversos autores, cuja visão nos permitiu perceber como a economia chegou ao estado atual e por que razão as suas falhas e limitações persistem.

Contudo, apesar de todas as críticas analisadas e de a teoria neoclássica insistir em pressupostos que muitos assumem como irrealistas, tais como “os agentes são racionais” ou “existe um ponto estático de equilíbrio”, a verdade é que está na base do que se leciona nas faculdades e instituições de ensino por todo o mundo e é a que vigora nos dias de hoje.

Este facto, leva-nos a questionar a razão desse sucesso tão vincado, pelo que, nesta secção serão abordados dois autores, McCloskey e Friedman, que, apesar do contraste das suas perspetivas em relação à importância da previsão nas ciências, acabam por fornecer justificações e defesas da teoria vigente. A primeira, ao tecer críticas metodológicas à economia ortodoxa, apresenta uma justificação sociológica para a sua adoção, racionalizando o papel da matemática. Já Friedman acaba por argumentar que a teoria neoclássica não deve ser julgada com base no facto de os seus pressupostos serem, ou não, irrealistas, mas sim no facto de serem práticos e úteis, isto é, de servirem para alguma coisa, nomeadamente para prever assuntos económicos.

### 6.1. McCloskey e a retórica

McCloskey defende que a conversação económica, apesar de se basear em modelos matemáticos, testes estatísticos e argumentos de mercado, acaba por depender das formas verbais. Estas podem ser vistas como analogias, apelos à autoridade ou, como derivado da secção anterior, metáforas, que permitem estudar realidades complexas ao adaptá-las para a audiência a que se dirigem. Contudo, a autora explica que tal tratamento não implica que a ciência económica seja uma “questão de opinião” (McCloskey, 1998, p. xix). Na verdade, McCloskey complementa que “a ciência económica tem bastante sucesso, enquanto ciência” (McCloskey, 1998, p. xix).

A partir de 1940, segundo McCloskey, os economistas começaram a preferir expressar-se em “linguagem matemática”, “encantados por esta nova e científica maneira de conversar” (McCloskey, 1998, p. 139). Vários papers começaram a ser publicados, transmitindo inúmeras “simulações explícitas que apenas os académicos da área da engenharia e da física poderiam acompanhar” e as análises matemáticas, estatísticas e simulações acabaram por

proliferar na ciência económica, acompanhados por um novo conjunto de doutrinas filosóficas (McCloskey, 1998, p. 139).

Tendo por base estas constatações, a nível metodológico, McCloskey explora o conceito de “modernismo”, que acabou por contaminar todas as escolas económicas. Esta perspetiva baseia-se na matematização, na objetividade e na capacidade de previsão e controlo das ciências: “o modernismo vê a ciência como axiomática e matemática, levando o domínio da ciência a ser separado do domínio da forma, valor, beleza, bondade e tudo que é imensurável” (McCloskey, 1998, p. 142).

A autora comenta que “há muito de errado com o modernismo enquanto metodologia para a ciência”, em particular para a ciência económica, uma vez que está filosoficamente obsoleto e não recorre a argumentos filosóficos persuasivos (McCloskey, 1998, p. 142). Por outro lado, McCloskey condena a pretensão de que a previsão é uma característica que defina uma ciência real e de que a economia a possui. Citando Mises, e ao encontro dos comentários de Lawson, a autora alega que, em economia, prever o futuro está “para além do poder de qualquer homem mortal” e não é possível fazer previsões lucrativas (McCloskey, 1998, p. 151).

No entanto, a maior crítica de McCloskey ao modernismo prende-se com o facto de este ser pura e simplesmente impossível: “se os economistas (ou físicos) se limitassem a propostas económicas (ou físicas) que se conformassem literalmente a tais passos, não teriam nada a dizer”, dado que se estabelecem “normas quixotescas de sentido válido que, se rigorosamente praticadas, nos reduziriam a todos à imbecilidade voluntária” (McCloskey, 1998, pp. 151-152). Assim, a autora conclui que “a aplicação literal da metodologia modernista não pode dar uma economia útil” e que “os argumentos reais em economia utilizam o modernismo como mera fachada” (McCloskey, 1998, p. 152), pelo que, na prática, o impacto do modernismo na economia será mínimo: “os economistas não seguem as leis de investigação que as suas metodologias estabelecem” (McCloskey, 1983, p. 482).

Deste modo, reconhece que qualquer metodologia vinculada a regras, como o modernismo, é contestável: “qualquer metodologia que seja baseada em leis limitativas terá [o] efeito arriscado” de que as suas reivindicações não sejam levadas a sério (McCloskey, 1998, p. 156).

Todavia, é importante salientar que a autora acredita que a matematização da economia foi “uma boa ideia” e as suas críticas não se lhe dirigem diretamente (McCloskey, 1998, p. 139): “ninguém quer voltar aos tempos, não assim tão distantes, em que os economistas não conseguiam distinguir movimento da curva de movimento ao longo da curva. A ciência económica fez progressos sem a matemática, mas fez progressos mais rápidos com ela”

(McCloskey, 1991, p. 6). De facto, a autora reconhece que a matemática trouxe transparência para muitos argumentos económicos: “a metáfora da função produção, a história do crescimento económico, a lógica da competição, os factos da participação de força laboral tornar-se-iam confusos sem expressões matemáticas” (McCloskey, 1991, p. 6).

Por outro lado, McCloskey também não critica a ciência económica como tal, mas sim a cegueira face à sua própria retórica e metodologia. A autora desmistifica, assim, a posição única que a matemática recebe no enquadramento científico da economia e pretende mostrar que esta tem mais em comum com a poesia do que se pode pensar.

Deste modo, McCloskey quer que a economia faça declarações interessantes, novas e verdadeiras sobre o mundo real e afirma que o que distingue o que é bom do que é mau numa conversação, não é a adoção de uma certa metodologia, mas sim a tentativa de contribuir com valor e inteligência. Assim, ao contrário de Lawson, que propõe uma visão realista, McCloskey defende que a melhor maneira de compreender a ciência, “saindo do labirinto do modernismo”, é fazendo uso da retórica (McCloskey, 1991, p. 163).

Neste sentido, argumenta que qualquer cientista acaba por recorrer a esta metodologia não oficial, que mais não é do que a atenção à audiência a que se dirige, uma vez que pretendem persuadir uma comunidade para serem publicados e por ela citados e mencionados. Assim, a retórica está presente em todo o mundo económico, através de metáforas e analogias, e até a matemática se torna, para a autora, um dispositivo da retórica, visto que serve para simplificar a realidade a fim de melhor persuadir o público: “os modelos são metáforas” (McCloskey, 1994, p. 18).

A autora recorre, na sua obra, ao exemplo de John Muth para desconstruir a retórica científica dos economistas e reforçar “a importância de escrever bem para uma ciência bem-sucedida” (McCloskey, 1998, p. 53). John Muth publicou um paper importante em 1961, contudo, o artigo foi ignorado durante anos, tendo sido notado apenas mais tarde, ao ser citado trinta e três vezes, em 1976, e setenta e quatro vezes, em 1982. O motivo para um artigo tão relevante como este ter permanecido desconhecido na primeira década, comenta a autora, foi precisamente por estar “terrivelmente mal escrito”, não se percebendo o que o que o Muth pretendia transmitir (McCloskey, 1998, p. 53). A autora não critica o conteúdo, que poderia ser traduzido em inglês coloquial, mas defende que este seria bem mais perceptível e eficaz sem a pretensão científica exigida pela comunidade.

Um outro exemplo que explora está relacionado com a retórica dos testes de significância. McCloskey considera que a econometria comete vários erros, porque ignora a sua retórica e

volta-se para a estatística, assumindo que esta domina todo o trabalho científico. Deste modo, confunde-se significância estatística com significância científica e acredita-se que a primeira serve como critério para considerar uma hipótese como verdadeira ou falsa. Isto acontece porque, na opinião de McCloskey, apesar de a distinção entre significância estatística e substantiva ser elementar para estatísticos, não o é para os economistas, dado que praticamente nenhum livro de econometria a explora. E é por este motivo que a autora descreve a retórica da significância estatística como “sonâmbula” (McCloskey, 1998, p. 116). Ou seja, para McCloskey, os falhanços da disciplina, apesar de “infantis”, são “corrigíveis” e estão diretamente relacionados com estas questões de “retórica sonâmbula” (McCloskey, 1998, p. xix).

É importante realçar, novamente, que, apesar destas críticas, a autora não rejeita a economia neoclássica. Através da sua perspetiva retórica, salienta que o foco não deve ser perceber se a teoria é verdadeira ou não, mas sim se é persuasiva: “a preocupação retórica é como nos convencemos mutuamente, e não o que é verdade segundo o método abstrato” (McCloskey, 1988, p. 156).

Dado que o formalismo da economia neoclássica, no seu auge, persuadiu a comunidade científica, os economistas têm-na aceitado, sendo esta a principal justificação para a teoria vigorar nos dias de hoje. Assim, mesmo que o conhecimento adquirido pelos economistas não seja justificado pela metodologia modernista, acaba por ser aceite como conhecimento válido e útil, visto que os economistas foram persuadidos a aceitá-lo. Isto é, para a autora, não pode haver uma rejeição da forma como os economistas fazem economia, se tiverem sido persuadidos a ver os méritos do trabalho que executam. Desta forma, o vocabulário económico, como análise marginal, por exemplo, não deve ser julgado a partir de uma posição absoluta, uma vez que segundo o ponto de vista pragmático, o significado de um termo passa a ser a sua utilidade e pragmatismo. Como a expressão análise marginal sobreviveu durante mais de um século, proporcionou o paradigma dominante durante esse período e estendeu-se a muitas outras ciências sociais, deve ser aceite, pois conclui-se que resulta e funciona bem.

Desta forma, não precisamos de descrever nem explicar o que os economistas fazem através de uma estratégia filosófica. É possível fazê-lo recorrendo a linguagem da área, com referências à utilidade marginal, otimização de preferências e racionalidade dos agentes, por exemplo.

A bibliografia de McCloskey fornece, assim, justificações para o mérito da teoria neoclássica, visto que defende a direção que esta tomou. Apesar de repudiar a pretensão da retórica

científica, justifica a própria matematização da teoria por, como referido, ser também um método retórico que visa persuadir a comunidade económica, racionalizada através de metáforas e alegorias. Ou seja, a autora põe em causa as teorias de conhecimento e das práticas, mas não o conhecimento e as práticas propriamente ditos. Deste modo, rejeita a epistemologia tradicional a favor do “pragmatismo”, justificando os paradigmas estabelecidos, apesar da rejeição dos seus fundamentos metodológicos (McCloskey, 1998, p. 5). Segundo esta abordagem, McCloskey reconhece a “boa saúde da economia” (McCloskey, 1983, p. 515).

## **6.2. Friedman e a capacidade preditiva**

Face à constatação da universalização da teoria neoclássica, aceite por grande parte da comunidade económica, e tendo em conta as considerações de McCloskey, mantém-se a questão de perceber por que razão esta teoria conseguiu persuadir os economistas, uma vez que se tem constatado que não consegue prever, de forma satisfatória, os fenómenos que estuda.

Ao analisar a obra de Milton Friedman, encontram-se novas justificações epistemológicas que poderão responder a esta questão relacionada com o poder preditivo da ciência económica e com a veracidade dos seus pressupostos.

Uma vez que a teoria neoclássica sustenta que a crise económica é um evento excecional e “transitório”, a capacidade de fazer previsões é algo que lhe está inerente (Friedman, 1953, p. 197). Na verdade, é algo intrínseco a todas as ciências e a própria definição apresentada na introdução contempla essa característica.

Nesse sentido, o autor comenta que a maioria dos economistas estão empenhados no estudo da economia positiva, cujo objetivo final é desenvolver uma “teoria” ou “hipótese” que ajude a “produzir previsões e explicações convincentes e significativas sobre fenómenos ainda não observados” (que ainda não ocorreram – futuros – ou que já ocorreram, mas não foram examinados por quem faz a previsão) (Friedman, 1953, p. 7). A ciência económica positiva é, então, uma ciência objetiva como a física, que simplifica a realidade complexa ao abstrair as suas características, apesar de essa objetividade ser mais difícil de alcançar pelo facto de lidar com relações entre os seres humanos.

Deste modo, vista como um conjunto de hipóteses substantivas, a teoria deve ser julgada pelo seu poder preditivo face aos fenómenos sobre que se versa: “só a evidência factual pode mostrar se [a teoria] está “certa” ou “errada” ou, melhor, se é “aceite como válida” ou “rejeitada”” (Friedman, 1953, p. 8). Ou seja, o único teste relevante para aferir a validade de uma hipótese (ou teoria) é comparando as suas previsões com a experiência: a teoria é rejeitada se

o que prevê não se verificar e é aceite em caso contrário. Assim, “a evidência factual nunca pode “provar” uma hipótese”, só pode deixar de a refutar, que é o que se pretende dizer, segundo o autor, quando se afirma que “a hipótese foi confirmada pela experiência” (Friedman, 1953, p. 9).

Recorrendo a uma analogia com a teoria física, Friedman ilustra ainda que não podemos testar uma teoria pelos seus pressupostos, pois podemos chegar à mesma fórmula utilizando “um conjunto de pressupostos diferente” (Friedman, 1953, p. 18). Assim, um erro comum é a crença generalizada de que os pressupostos formam as condições sob as quais a teoria funciona.

Por outras palavras, o autor defende que é uma falácia metodológica avaliar modelos económicos, testando os seus pressupostos, uma vez que a existência de pressupostos irrealistas não é uma razão válida para a rejeição da teoria. Isto é, a validade de uma teoria depende das suas implicações serem refutadas, e não da realidade ou irrealidade dos seus pressupostos. Na verdade, estes nunca são realistas, pois envolvem idealizações e abstrações, pelo que o objetivo deve ser perceber se os pressupostos são aproximações suficientemente boas para o “objetivo em causa”, que é prever: “esta pergunta só pode ser respondida verificando se a teoria funciona, o que significa se produz previsões suficientemente precisas” (Friedman, 1953, p. 10).

Neste sentido, temos de confiar nas provas apresentadas pela experiência. Dado que as ciências sociais não podem, como a física, proceder a experiências controladas para poderem descartar influências perturbadoras, poderia surgir aqui um problema. Contudo, o autor desvaloriza essa incapacidade, argumentando que “nenhuma experiência pode ser completamente controlada, e cada experiência é parcialmente controlada, no sentido em que algumas influências perturbadoras são constantes no decurso da mesma” (Friedman, 1953, p. 10).

Esta perspetiva é contrária ao realismo crítico defendido por Lawson, uma vez que este autor argumenta que nada podemos depreender de um conjunto de afirmações falsas.

Como constatado na introdução, a questão da veracidade dos pressupostos e a capacidade de previsão são muito importantes para a comunidade científica e a teoria económica ortodoxa é criticada, exatamente, por fazer da economia uma ciência irrealista, com pressupostos irrealistas.

No entanto, Friedman considera esta crítica “em grande parte irrelevante, a menos que seja superada pela evidência de que uma hipótese que difere da teoria criticada produz melhores previsões para um leque tão vasto de fenómenos” (Friedman, 1953, p. 31). O autor

complementa que todas as ciências são irrealistas e que nenhuma pode descrever a realidade na sua totalidade. De facto, reconhece que as hipóteses realmente significativas assentam em pressupostos que descrevem e representam de forma inexata a realidade. No entanto, apesar de os pressupostos poderem não ser realistas, têm de prever com precisão. Por outras palavras, para Friedman, a teoria neoclássica pode não ser perfeita e ter algumas falhas preditivas, contudo, é a que prevê melhor e enquanto não houver outra que a supere, nesse sentido, é a teoria que deve vigorar.

Esta perspectiva contrasta, novamente, com a visão realista de Lawson (e com a de McCloskey), que também rejeita a importância e o papel vital da previsão nas ciências, mas está em linha com a de Blaug, que, como explicado, defende que uma ciência deve ter como objetivo prever e não compreender. Assim, face a esta justificação, pode-se argumentar que a teoria económica tem vigorado dado que é a forma de fazer economia que, para muitos, faz melhores previsões: “a fórmula é aceite porque funciona (...) o que quer que isso signifique” (Friedman, 1953, p. 18).

## 7. Conclusão

A ciência económica é duramente criticada por não ter conseguido prever e atenuar os efeitos da crise de 2008. Tendo em conta esta realidade, a presente dissertação traçou um percurso que pretendia perceber, entre outras questões, exatamente qual o papel da previsão numa ciência, analisando diversos autores.

Dado que na definição de ciência, apresentada na introdução, está implícita a capacidade de formular previsões sobre a realidade que se está a analisar, a ciência económica tem a pretensão de poder, como as ciências naturais, fornecer observações úteis para o desenvolvimento de políticas, por exemplo.

Contudo, Lawson começa por detetar três principais incoerências entre a teoria e a prática ortodoxas que geram incerteza e alertam o autor para a noção que o programa transformador que se propõe a implementar terá de as ultrapassar. Deste modo, Lawson defende uma reestruturação radical da natureza da ciência económica ortodoxa, uma vez que os problemas não residem nos compromissos substantivos, mas sim na negligência da ontologia. Mais particularmente, a insistência em métodos de formulação matemática leva os economistas a adotar o dedutivismo, que pressupõe um mundo atomístico e fechado, onde é possível prever e deduzir acontecimentos através de leis do tipo “sempre que X, então Y”. O problema, como referido, é que o mundo social é aberto, pelo que estes pressupostos ontológicos resultantes da ênfase no formalismo matemático não correspondem à natureza do domínio social. É o uso destas ferramentas inadequadas, segundo Lawson, que explica o falhanço da disciplina. Deste modo, conclui-se que, para o autor, é fundamental ultrapassar o dedutivismo com formulações alternativas e mais complexas, que se foquem não na modelização matemática, mas sim na natureza da realidade social. Assim, Lawson propõe o realismo crítico como via não só para superar as três tensões teórico práticas detetadas, como para facilitar uma ciência mais relevante.

Em relação ao carácter preditivo das ciências, aspeto discutido também pelos restantes autores, é de salientar que, para Lawson (1997), este é “improvável, não essencial e indesejável”. Logo, tendo isso em conta e adotando esta mudança radical, a disciplina económica poderá ser uma ciência no sentido das ciências naturais.

Esta posição de que a previsão não é o objetivo das ciências contrasta com a visão de Blaug, que acredita que a missão das ciências não pode ser apenas compreender os fenómenos que a rodeiam. É necessário fazer contribuições de valor. No entanto, este autor concorda com a tese de Lawson de que é necessário que os economistas contemporâneos se desencantem

das proezas matemáticas e que se foquem nas questões económicas. Através de algumas reflexões sobre a profissionalização da disciplina, que levou à sua matematização, Blaug conclui que, do trabalho de Walras, surgiu a Teoria do Equilíbrio Geral, assinada por Arrow e Debreu, que representa o foco do processo de destruição da microeconomia. Para além de recorrerem a pressupostos irrealistas, não conseguiram provar que o equilíbrio é estável quando atingido de uma posição inicial desconhecida. Ou seja, acaba por estar mais relacionado com lógica matemática do que com economia. No entanto, este resultado é visto como algo em que os economistas se devem inspirar e replicar, o que acarreta sérios problemas, visto que se dá um afastamento da visão inicial de Walras.

Por outro lado, foi também analisada a origem do termo “neoclássico”, introduzido por Veblen. Dado que a teoria neoclássica é a teoria vigente e foi alvo de críticas e comentários nas secções seguintes, foi relevante clarificar o seu significado.

Segundo Lawson, Veblen formulou uma inconsistência, e é exatamente aí que reside a essência da economia neoclássica, num cruzamento inconsistente entre o antigo e o moderno. Assim, a nível de metodologia, é uma ciência evolucionista, dado que os economistas veem o mundo como histórico e processual. Contudo, a nível do método é uma ciência taxonómica que ainda se serve do dedutivismo, que apesar de ter evoluído para dedutivismo matemático, é um método taxonómico.

Schumpeter, Mirowski e McCloskey, de diferentes maneiras, acabaram por fornecer racionalizações da teoria neoclássica. Enquanto que os dois primeiros a criticam, McCloskey fornece uma defesa baseada no pragmatismo e na utilidade da ciência económica em termos práticos. Assim, Schumpeter, apesar de não ter fundado nenhuma escola em específico, optou por uma rutura com a economia clássica e vê a economia moderna como um desequilíbrio dinâmico. O seu contributo político relacionado com o futuro do capitalismo, leva-o a descrever um processo racionalizador que prolifera na disciplina, que fundamental para o capitalismo e que foi desenvolvido devido à pressão económica e pragmática. Também Mirowski vê a ciência económica como uma racionalização. Este autor, por sua vez, alega que a disciplina deriva de uma réplica do modelo energético da física. Esta metáfora ajuda a racionalizar o mundo físico e social e tinha como objetivo conferir prestígio à ciência económica, visto que a física é o modelo de todas as ciências. Assim, as críticas apontadas à economia neoclássica resultam deste processo de adaptação, sem que tivessem sido analisadas as suas consequências e implicações.

Por fim, McCloskey critica o modernismo e a matematização excessiva patente na economia neoclássica, mas não critica a ciência como tal. A autora pretende mostrar que a disciplina tem mais em comum com a poesia, do que se pode pensar e não precisa de ser explicada através de uma estratégia filosófica. Pode, antes, recorrer-se a linguagem corrente, sem a pretensão científica e matemática exigida pela comunidade. Ou seja, a autora apela ao uso da retórica e defende que não são necessárias metáforas matemáticas demasiado elaboradas para alcançar prestígio. Se estas recomendações forem seguidas, acredita que os falhanços da disciplina são corrigíveis, o que constitui uma defesa da teoria neoclássica.

Por outro lado, esta dissertação também se propôs a tentar perceber por que razão se continua a insistir no ensino de uma teoria que recorre a pressupostos irrealistas para formular as suas hipóteses. McCloskey já elucida que é uma ciência útil, que sobreviveu vários anos segundo a perspetiva pragmática e que, se persuadiu os economistas, não deve ser rejeitada. A bibliografia de Friedman complementa este ponto de vista, e procura responder à questão dos pressupostos irrealistas. Na verdade, o autor alega que uma teoria não pode ser julgada com base nos seus pressupostos, mas sim pelo seu poder preditivo, uma vez que o objetivo de uma ciência é produzir explicações e previsões convincentes sobre fenómenos ainda não observados. Assim, para Friedman, a crítica à teoria neoclássica é irrelevante, pois esta não é superada por nenhuma outra teoria. Ou seja, apesar dos seus defeitos e falhas, nenhuma outra teoria produz melhores previsões, pelo que esta, sendo a melhor, deve ser a que prevalece.

Em suma, apesar de tudo, não se pode, como McCloskey, assegurar que a economia demonstra um bom estado de saúde. As falhas e problemas detetados ao longo desta dissertação, quer provenham do uso de métodos taxonómicos, quer derivem de réplicas acríticas de outras ciências, tornam-na uma ciência insegura e pouco capaz de esclarecer fenómenos do mundo social real.

Contudo, apesar do reconhecimento do seu estado de saúde debilitado, para muitos, a teoria neoclássica não deve ser descartada, pois acaba por ser a melhor opção que existe, em termos práticos. E, no fundo, é isso que se deve almejar, uma ciência prática e útil que, apesar dos inúmeros defeitos apontados, é a melhor alternativa.

## 8. Referências Bibliográficas

- Arnsperger, C., & Varoufakis, Y. (2006). What is neoclassical economics? The three axioms responsible for its theoretical oeuvre, practical irrelevance and, thus, discursive power. *Panoeconomicus*, 53(1), 5–18. <https://doi.org/10.2298/PAN0601005A>
- Backhouse, R. E. (2002). *The penguin history of economics* (P. B. LTD, ed.).
- Basen, I. (2011). Economics has met the enemy, and it is economics. Obtido de The Globe and Mail website: <https://www.theglobeandmail.com/news/politics/economics-has-met-the-enemy-and-it-is-economics/article557799/?page=all>
- Blaug, M. (1992). The methodology of economics. Em *The Economic Journal* (Vol. 91). <https://doi.org/10.1017/CBO9780511528224>
- Blaug, M. (1997a). *Economic theory in retrospect*. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511805639>
- Blaug, M. (1997b). Ugly currents in modern economics. Em *Fact and Fiction in Economics* (pp. 3–8). <https://doi.org/10.1017/CBO9780511493317.003>
- Blaug, M. (2001). No history of ideas, please, we're economists. *Journal of Economic Perspectives*, 15(1), 145–164. <https://doi.org/10.1257/jep.15.1.145>
- Colander, D. (2000). The death of neoclassical economics. *Journal of the History of Economic Thought*, 22(2), 127–143. <https://doi.org/10.1080/10427710050025330>
- Delaney, K. J., & Schrager, A. (2019). Bill Gates: “Economists don’t actually understand macroeconomics”. Obtido de Quartz website: <https://qz.com/1709972/bill-gates-economists-dont-actually-understand-macroeconomics/>
- Drucker, P. F. (1999). Modern Prophets: Schumpeter or Keynes? *The Frontiers of Management*. Obtido de [http://www.druckersociety.eu/files/p\\_drucker\\_proph\\_en.pdf](http://www.druckersociety.eu/files/p_drucker_proph_en.pdf)
- Elliott, L. (2017). Heretics welcome! Economics needs a new reformation. Obtido de The Guardian website: <https://www.theguardian.com/business/2017/dec/17/heretics-welcome-economics-needs-a-new-reformation>
- Friedman, M. (1953). *Essays in positive economics*. University of Chicago Press.
- Graça Moura, M. (2015). Schumpeter’s conceptions of process and order. *Cambridge Journal of Economics*, 39(4), 1129–1148. <https://doi.org/10.1093/cje/beu081>
- Graça Moura, M. (2018). Joseph Schumpeter. Em Reaktion Books (Ed.), *Great economic thinkers: an introduction - from Adam Smith to Amartya Sen* (p. 17). London.
- Hennings, K., & Samuels, W. (1990). *Neoclassical Economic theory, 1870 to 1930*.

- <https://doi.org/10.1007/978.94.009.2181.8>
- Infopédia. (sem data). Definição de Ciência. Obtido de <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/ciencia>
- Lash, S., & Dragos, B. (2016). An interview with Philip Mirowski. *Theory, Culture & Society*, 33(6), 123–140. <https://doi.org/10.1177/0263276415623063>
- Lawson, T. (1997). *Economics and reality*. <https://doi.org/10.4324/9780203195390>
- Lawson, T. (2012). *Reorienting economics*. <https://doi.org/10.4324/9780203929964>
- Lawson, T. (2013). What is this «school» called neoclassical economics? *Cambridge Journal of Economics*, 37(5), 947–983. <https://doi.org/10.1093/cje/bet027>
- McCloskey, D. (1983). The rethoric of economics. *Journal of Economic Literature*, 21(2), 481–517. Obtido de <https://www.jstor.org/stable/2724987?origin=JSTOR-pdf>
- Mirowski, P. (1989). *More heat than light*. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511559990>
- Mirowski, P. (1992). Do economists suffer from physics envy? *Finnish Economic Papers*, 5(1), 61–68. Obtido de [http://taloustieteellinenyhdistys.fi/images/stories/fep/f1992\\_1f.pdf](http://taloustieteellinenyhdistys.fi/images/stories/fep/f1992_1f.pdf)
- Paul Davidson. (2012). Is economics a science? Should economics be rigorous? *Journal of Post Keynesian Economics*, (59), 58–66. Obtido de <https://rwer.wordpress.com/2012/03/12/rwer-issue-59/>
- Schumpeter, J. (1981). *History of economic analysis*.
- Schumpeter, J. (2010). *Capitalism, socialism and democracy*. <https://doi.org/10.4324/9780203857090>
- Udland, M. (2016). Definitive proof that economists suffer from «physics envy». Obtido de Business Insider website: <https://www.businessinsider.com/economists-suffer-from-physics-envy-2016-3>
- Vários autores. (2017). Dismal ignorance of the “dismal science” - a response to Larry Elliot. *Prospect Magazine*. Obtido de <https://www.prospectmagazine.co.uk/economics-and-finance/dismal-ignorance-of-the-dismal-science-a-response-to-larry-elliott>
- Veblen, T. (1898). Why is economics not an evolutionary science? *The Quarterly Journal of Economics*, 12(4), 373. <https://doi.org/10.2307/1882952>
- Veblen, T. (1899). The preconceptions of economic science I. *The Quarterly Journal of Economics*, 13(2), 121. <https://doi.org/10.2307/1882197>
- Veblen, T. (1900). The preconceptions of economic science III. *The Quarterly Journal of Economics*, 14(2), 240. <https://doi.org/10.2307/1883770>

